

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ nº 48.344.725/0007-19

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Mensagem da Administração:** A Althaia realizou grandes avanços no ano de 2022, consolidando-se como um importante player no mercado farmacêutico brasileiro. Encerramos o exercício com receita operacional líquida de R\$ 364,5 milhões, crescimento de 6,9% em relação ao ano anterior. Com foco, consolidamos nossa presença nos clientes os quais já atuávamos e, concomitantemente, desenvolvemos novas parcerias e entramos em novos clientes. Além disso, a Companhia adotou uma estratégia de maior diversificação de portfólio e ganho de participação no mercado que diminuiu significativamente a concentração de receita e margem de certos produtos, o que a Companhia acredita que no curto e médio prazo será possível reestabelecer melhores margens brutas. O lucro líquido registrado foi R\$ 33,0 milhões, queda de 41,0% em relação a 2021. O resultado da Companhia foi pressionado, principalmente, pela necessidade de ajuste no preço de venda dos estoques em clientes no 1T22, reduzindo substancialmente a receita. Outro fator está relacionado ao comportamento atípico das vendas do 2T21, onde a Companhia registrou a maior receita trimestral do ano de 2021 que, por conta da Covid-19, algumas moléculas relacionadas ao tratamento da doença tiveram o consumo acentuado, contribuindo fortemente para a receita no referido período. Já em 2022, não houve fator externo capaz de impactar substancialmente o volume de vendas. No 4T22, podemos observar o reflexo positivo das ações acima que foram executadas durante o ano 2022, atingindo receita líquida de R\$ 116,5 milhões, crescimento de 31,6% em relação ao 4T21. A Companhia registrou EBITDA de R\$ 26,1 milhões, aumento de 56,0% em relação ao 4T21 e, lucro líquido de R\$ 16,5 milhões, aumento de 149,3% comparado com o 4T21. Resultado dos esforços para o crescimento orgânico, a demanda pelos produtos da Companhia cresceu 16,4% em 2022, segundo dados IQVIA MAT DEZ/22, acompanhando o crescimento do mercado farmacêutico de 17,0%. Um dos pilares de atuação da Companhia para um portfólio inovador e de maior valor agregado é o robusto investimento em Pesquisa & Desenvolvimento. Em 2022 a Althaia investiu 15,4% de sua receita líquida para P&D, percentual consideravelmente maior que a média de importantes players do mercado. Os lançamentos tiveram um papel importante para o desempenho da Companhia, com 6 novos produtos na linha Althaia (medicamentos) e 4 novos produtos na linha Equival (suplementos). A atuação comercial estratégica nos permitiu capturar importantes oportunidades nos mercados de atuação. Na linha Althaia, das 25 moléculas que possuímos, 11 são líderes entre os genéricos, sendo 5 desses líderes absolutos, ou seja, vendem mais que os similares e referência também, e 4 são vice-líderes em genéricos. Tivemos crescimento muito acima da média de mercado em todos os canais do varejo farmacêutico (grandes redes, médias redes, associativismo e independentes), além da distribuição. O canal especializado (lojas de produtos naturais) é outro vetor de crescimento cada vez mais importante para a Althaia, saltando de 1.000 PDVs positivados em 2021 para mais de 1.300 PDVs em 2022. Na linha Equival, tivemos mais um ano de crescimento notável nos produtos da linha clínica (prescrição) com receita de R\$ 37,7 milhões em 2022, crescimento de 45,0% em relação a 2021, resultado de investimentos em propaganda médica e marketing. Reforçamos nossa atuação nos canais digitais com o lançamento do portal B2C www.lojaequival.com.br, vendendo nossos suplementos diretamente para o consumidor final, aliado a um forte investimento em marketing em produtos-chave da Companhia. Além de facilitar o acesso aos nossos produtos, passamos a ter uma maior fonte de informação sobre nossos clientes, estabelecendo este canal como uma importante avenida de crescimento para a Althaia. Com um modelo de negócios único na indústria brasileira, crescimento histórico muito acima da média de mercado conquistado apenas de forma orgânica, robusto investimento em P&D, forte atuação comercial, gestão de alto nível alinhada com propósitos da Companhia por um modelo de *partnership* e estruturada de acordo com as melhores práticas em Governança Corporativa, a Althaia está preparada para capturar as melhores oportunidades de mercado com foco no crescimento e rentabilidade.

	4T22	4T21	Δ (%)	2022	2021	Δ (%)
RS MM						
Receita Líquida	116,5	88,5	31,6%	364,5	340,8	6,9%
Lucro Bruto	57,5	43,7	31,6%	179,1	184,5	(2,9%)
Margem Bruta	49,3%	49,3%	0,0 p.p.	49,1%	54,1%	(5,0 p.p.)
EBITDA	26,1	16,7	56,0%	68,1	84,5	(19,4%)
Margem EBITDA	22,4%	18,9%	3,5 p.p.	19%	25%	(6,1 p.p.)
Lucro/Prejuízo Líquido	16,5	6,6	149,3%	33,1	55,9	(40,8%)
Margem Líquida	14,2%	7,5%	6,7 p.p.	9,1%	16,4%	(7,3 p.p.)
Receita Líquida:	A receita líquida no 4T22 atingiu R\$ 116,5 milhões, crescimento de 31,6% em relação ao 4T21.					

em relação ao 4T21. A receita líquida em 2022 foi de R\$ 364,5 milhões, alta de 6,9% em relação ao registrado em 2021. Seguindo o preceito básico adotado pela Companhia, de sempre buscar o crescimento dos negócios, e em linha com as diretrizes definidas no planejamento estratégico, embora a Companhia tenha registrado crescimento inferior aos últimos anos, cumpriu a estratégia ajustada de meta interna de crescimento. **Lucro Bruto:** No 4T22, a margem bruta atingiu 49,0%, mesmo percentual do 4T21, devido ao mix de produtos. Já no ano de 2022, a margem bruta reduziu 5 pontos percentuais em relação a 2021, por conta do impacto na evolução dos custos das vendas e serviços prestados, uma vez que a variação cambial tem efeito direto no custo dos estoques da Companhia, pois parte importante de seus insumos farmacêuticos possuem origem no exterior e são negociados em moeda estrangeira, além da própria escassez de materiais de embalagem no mercado nacional que inflacionou os custos. Além disso, a Companhia adotou uma estratégia de maior diversificação de portfólio e ganho de participação no mercado que diminuiu significativamente a concentração de receita e margem de certos produtos, o que a Companhia acredita que no curto e médio prazo será possível reestabelecer melhores margens brutas. O desempenho resultou no lucro bruto de R\$ 179,1 milhões em 31 de dezembro de 2022, -2,9% inferior ao registrado no exercício de 2021. A margem bruta foi de 49,1%, representando redução de -5,0 pontos percentuais quando comparado com o exercício anterior. **Despesas Operacionais:** No 4T22, as despesas operacionais totalizaram R\$ 35,4 milhões, aumento de 19,9% em relação ao 4T21. No ano de 2022, as despesas operacionais somaram R\$ 122,2 milhões, aumento de 12,7% em relação ao ano de 2021. As despesas operacionais da Companhia são representadas, em sua maior parte, pelas despesas gerais e administrativas (G&A). No 4T22, esse grupo de despesas somou R\$ 27,1 milhões, representando 76,6% do total das despesas operacionais. Comparado ao 4T21, o G&A apresentou alta de 23,2%. No ano de 2022, o G&A totalizou R\$ 94,1 milhões, representando 77% do total de despesas operacionais. Comparado ao ano de 2021, o G&A apresentou alta de 12,7% em relação ao exercício de 2021. O aumento do G&A deve-se a maior estrutura necessária para dar suporte ao crescimento dos negócios. No 4T22, as despesas com vendas totalizaram R\$ 2,7 milhões no ano, um incremento de 12,1% em relação ao 4T21. No ano de 2022, as despesas com vendas somaram R\$ 8,4 milhões, aumento de 15,1% em relação ao ano de 2021. Esse aumento foi decorrente do maior investimento estratégico da Companhia em ações para aumento da demanda dos produtos no varejo. O investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) continuou robusto, de forma que as despesas incorridas em P&D somaram R\$ 24,2 milhões em 2022, representando 19,8% das despesas operacionais líquidas.

	4T22	4T21	Δ (%)	2022	2021	Δ (%)
EBITDA	26,1	16,7	56,6%	68,1	84,5	(19,4%)
RS milhões						
Lucro antes IR, CS e resultado financeiro	23,1	14,4	60,0%	58,0	76,1	(23,8%)
(+) Depreciação e amortização	3,1	2,3	35,0%	10,5	8,5	24,2%
EBITDA	26,1	16,7	56,6%	68,1	84,5	(19,4%)
Margem EBITDA (%)	22,4%	18,9%	3,5 p.p.	18,7%	24,8%	(6,1 p.p.)
No 4T22, a geração operacional de caixa através do EBITDA (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 26,1 milhões, crescimento de 60,0% em relação ao 4T21. A margem EBITDA sobre a receita líquida foi de 22,4%, aumento de 3,5 pontos percentuais em relação ao 4T21. No ano de 2022, o EBITDA foi de R\$ 68,1 milhões, redução de -19,4% comparado ao ano de 2021. A margem EBITDA sobre a receita líquida foi 18,7%, redução em 6,1 pontos percentuais, respectivamente, quando comparado ao exercício de 2021. Resultado Financeiro: No 4T22, o resultado financeiro foi de R\$ 7,2 milhões, aumento de 115,6% comparado ao 4T21. No ano de 2022, o resultado financeiro foi de R\$ 27,5 milhões, aumento de 92,7% em relação ao ano de 2021. O aumento significativo no trimestre foi influenciado pelas despesas financeiras, que passaram de R\$ 18,9 milhões em 2021 para R\$ 33,1 milhões em 2022. O aumento deve-se a despesa de juros referentes a debêntures emitidas no final de 2021 no montante de R\$ 150,0 milhões. Lucro Líquido: No 4T22, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 16,5 milhões, aumento de 149,3% em relação ao 4T21, com margem líquida de 14,2%, aumento de 6,7 pontos percentuais comparado ao 4T21. No ano de 2022, o lucro líquido foi de R\$ 33,1 milhões, redução de 40,8% em relação ao ano de 2021, com margem líquida de 9,1%, redução de -7,3 pontos percentuais comparado com o 2021. A Companhia obteve aumento da receita e manteve a firme gestão sobre seus custos e despesas operacionais. O lucro líquido no exercício foi de R\$ 33,0 milhões, com margem líquida de 9,1%. Endividamento Líquido: O Endividamento Líquido é representado pelo endividamento bancário (empréstimos e financiamentos) somado ao saldo das debêntures, reduzido de caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou Endividamento Líquido de R\$ 187,6 milhões, com redução de 3,2% em relação à posição verificada em 31						

de dezembro de 2021. O Endividamento Líquido atingiu uma relação com o EBITDA de 2,7x, representando um aumento de 0,4 ponto em comparação a 31 de dezembro de 2021 (2,3x o EBITDA). **Investimentos em desenvolvimentos de produtos:** Desde o início de nossas atividades realizamos vários investimentos com o propósito de sermos um "player" importante no segmento de saúde. Neste prisma, o investimento na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos se faz como um dos pilares fundamentais do crescimento da Companhia. Pretendemos possuir um portfólio relevante de produtos farmacêuticos. Atualmente temos registrados 50 (cinquenta) produtos entre genéricos e similares, sendo que, 31 (trinta e um) já estão em comercialização. Além destes há ainda outros 8 (oito) produtos aguardando o deferimento por parte da ANVISA e mais 50 (cinquenta) medicamentos e 17 (dezessete) suplementos em desenvolvimento. Na linha de nutracêuticos (suplementos alimentares) possui atualmente 61 (sessenta e um) produtos no portfólio, e há ainda produtos em diversas etapas de desenvolvimento. **Investimentos em CAPEX:** Faz parte do planejamento estratégico da Companhia o investimento em uma nova planta industrial, para suportar a capacidade de produção exigida para cumprimento dos crescimentos projetados. Esta nova planta industrial será estabelecida em Minas Gerais, um Estado de posição estratégica e que corrobora com o avanço da Companhia pelo território nacional. Esta futura unidade, além de suportar o crescimento das vendas, será fonte de novos empregos diretos e indiretos na região que for constituída, o que vai de encontro com o propósito da Companhia de gerar oportunidades para as comunidades onde estiver estabelecida. Para o ano de 2023, a Companhia investirá em um novo centro de Pesquisa & Desenvolvimento na cidade de Atibaia. O novo centro de P&D aumentará a capacidade de desenvolvimento de novos produtos, com mais tecnologia e espaço físico, fatores essenciais para o crescimento das vendas alinhado com o planejamento estratégico. **Recursos humanos:** Um dos pilares estruturais da Althaia é o pilar Pessoas, nosso principal ativo. Perseveramos na crença do poder transformador da contribuição do potencial humano para o futuro da nossa organização. Por esse motivo, desde o princípio temos a preocupação em atrair e reter talentos, selecionando profissionais no mercado dispostos a participar da construção de um grande sonho. Temos na empresa um Programa de Desenvolvimento da Liderança, alinhamento de propósito e valores da Companhia, através de treinamentos com consultorias especializadas e modernas em Gestão e Liderança. Temos o programa Sugira, um canal direto onde os colaboradores podem sugerir ideias e melhorias que promovam: aumento de produtividade; melhoria da qualidade dos produtos; melhoria dos processos; melhoria no ambiente de trabalho; redução de custos. Estamos também aprimorando a nossa Filosofia de Gestão de pessoas, através da metodologia de gestão pela CONTRIBUIÇÃO, acreditamos que através da valorização das pessoas revolucionamos os resultados. Vamos construir juntos, a melhor versão da nossa empresa, numa busca constante da convergência de propósito entre companhia e colaboradores. Na área social, estimulamos a contribuição dos colaboradores através do Programa de Voluntariado Estruturado, administrado pelo projeto Geração de Valor. O Geração de Valor tem sido responsável por apoiar as comunidades, principalmente as que estão localizadas nas proximidades das unidades da empresa, beneficiando famílias em estado de vulnerabilidade, por meio de doações fixas mensais, realizadas às instituições como Lar Itatibense da Criança - "Projeto Crê-Ser", Hospital de Amor (antigo Hospital do Câncer de Barretos/SP), Lar Eduardo Ferrara (Jarinu/SP), ONG S, como Coração Curumim (Campinas/SP) e Jardim das Borboletas (Caculé/BA), e ainda, realizando doações de incentivo aos esportistas em início de carreira e apoio educacional, através de bolsa de estudos, para jovens em situação de vulnerabilidade. Além das ações fixas, há também doações através de ações sociais pontuais para Instituições Assistenciais, Casas de Repouso e Asilos, que possibilitam o atendimento de um grande número de famílias necessitadas em diversas comunidades, principalmente no Estado de São Paulo e na localidade de Pouso Alegre/MG. Para tanto, ficou definido no próprio Estatuto Social da companhia, que desde os resultados de 2018, a destinação de 5% do resultado do período para atividades sociais, educacionais e apoio aos esportistas em início de carreira, como forma de agradecer e retribuir para a sociedade tudo o que ela vem proporcionando à empresa. Ainda, na Companhia é mantido o programa de Mentor Aprendiz, que é financiado pelo projeto Geração de Valor, que recruta jovens que estão em busca de ingressar no mercado de trabalho por meio de instituições que oferecem cursos técnicos profissionalizantes. Todas as ações acima citadas convergem para o objetivo de criar uma Companhia eficiente, mas também agradável para se trabalhar, gerando um clima em que as pessoas sintam orgulho de pertencer e com um propósito claro para sua existência. **Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Althaia S.A. Indústria Farmacêutica informa que, no período de outubro a dezembro de 2022, não foram contratados junto à KPMG serviços não relacionados à auditoria externa, uma vez que são nossos auditores para o ano base de 2022. **Agradecimentos:** É indispensável traduzir o reconhecimento ao trabalho de nossos colaboradores, ao apoio de nossos acionistas e a confiança de nossos clientes e das instituições financeiras do mercado.

A Administração

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Balanco patrimonial		Nota	2022	2021	Demonstração do resultado			
		2022	2021				Nota	2022	2021	
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	8	28.042	123.726	17	52.313	38.370	Receita	26	364.453	340.781
Contas a receber de clientes	9	123.649	100.382	18	2.127	2.009	Custo das vendas e dos serviços prestados	27	(184.325)	(156.257)
Estoque	10	85.339	92.156	19	33.931	114.509	Lucro bruto		180.128	184.524
Adiantamentos a fornecedores	11	1.362	2.769	20	4.408	1.331	Despesas com vendas	27.2	(8.426)	(7.312)
Impostos a recuperar	12	6.386	1.054	29.a	1.125	1.772	Despesas gerais e administrativas	27.2	(94.033)	(84.967)
IRPJ e CSLL a recuperar	14	419	3.983	21	7.743	7.215	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	27.2	2.629	(1.454)
Instrumentos financeiros derivativos	29	132	946	22	4.497	4.746	Despesas com pesquisa e desenvolvimento	27.2	(24.184)	(21.839)
Outros créditos		1.487	1.781	23	2.345	1.624	Outras receitas operacionais líquidas		1.927	7.138
Total do ativo circulante		246.816	326.797	25.c	9.887	9.841	Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		58.041	76.090
				29	1.745	1.624	Receitas financeiras	28	5.581	4.668
					4.063	536	Despesas financeiras	28	(33.074)	(18.937)
Não circulante					123.184	182.463	Despesas financeiras líquidas		(27.493)	(14.269)
Impostos a recuperar	12	557	7.804	18	3.318	4.779	Resultado antes dos impostos		30.548	61.821
IRPJ e CSLL diferidos	14	17.827	15.269	19	28.334	54.404	IRPJ e CSLL corrente	14	-	(2.854)
Instrumentos financeiros derivativos	29	92	2.084	20	149.009	148.351	IRPJ e CSLL diferido	14	2.558	(3.041)
Outros créditos		-	21	23	3.846	5.167	Impostos		2.558	(5.895)
Total do ativo realizável a longo prazo		18.476	25.178	29	145	1.930	Lucro líquido do exercício		33.106	55.926
Imobilizado	15	86.077	83.653	24	3.187	1.665	Resultado atribuído aos:			
Direito de uso	14a	4.568	5.864		39	126	Acionistas controladores		33.106	55.926
Intangível	16	60.899	30.297				Lucro líquido do exercício		33.106	55.926
		151.544	119.814	25	187.877	216.422	Resultado por ação			
Total do ativo não circulante		170.020	144.992				Resultado por ação - básico e diluído		0,16	0,26
Total do ativo		416.836	471.789							
					416.836	471.789				

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Saldo em 31 de dezembro 2020	Nota	Capital social		Reserva de lucros		Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		social	de reserva	Reserva Legal	Reserva de incentivo fiscal			
		3.920	-	784	20.233	13.285	-	38.222
Transações com pagamento baseado em ações	33	-	479	-	-	-	-	479
Integralização de capital por meio de reserva de retenção de lucros	25.a	1.261	-	-	-	(1.261)	-	-
Dividendos adicionais distribuídos	25.e	-	-	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	55.926	55.926
Destinações:								
Integralização de capital com lucros acumulados	25.a	6.533	-	-	-	-	(6.533)	-
Reserva legal	25.c	-	-	1.559	-	-	(1.559)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	25.b	-	-	-	26.969	-	(26.969)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	25.e	-	-	-	-	-	(3.130)	(3.130)
Dividendos adicionais	25.e	-	-	-	-	-	(7.280)	(7.280)
Constituição de reserva de retenção de lucros	25.d	-	-	-	-	9.143	(9.143)	-
Outros itens do patrimônio		-	-	-	-	-	(1.312)	(1.312)
Saldo em 31 de dezembro 2021		11.714	479	2.343	47.202	11.167	-	72.904
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	33.106	33.106
Destinações:								
Constituição de reserva de incentivo fiscal	25.b	-	-	-	31.539	-	(31.539)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	25.c	-	-	-	-	-	(235)	(235)
Saldo em 31 de dezembro 2022		11.714	479	2.343	78.741	11.167	1.332	105.775

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Althaia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia", "Althaia") é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede na cidade de Atibaia - SP, Avenida Têgula, nº 888, Edifício Topázio, módulo 15, no Condomínio Centro Empresarial Atibaia. Suas atividades são o desenvolvimento, produção e comercialização de medicamentos genéricos. A Companhia tem como atividades preponderantes o processamento, a industrialização, o revestimento, a comercialização, a promoção e distribuição, inclusive a importação e a exportação de produtos farmacêuticos em geral, oletéticos, edulcorantes, cosméticos, de higiene, saneantes, domissanitários, produtos veterinários, odontológicos, de proteção à saúde e correlatos. A Companhia ainda presta serviços para terceiros pertencentes a fabricação, comercialização e assessoramento técnico ou científico e transporte no que diz respeito às atividades mencionadas anteriormente, além de medicamentos fitoterápicos para uso humano e produtos alimentícios em geral. O portfólio da Althaia é composto por medicamentos genéricos, similares e nutracêuticos (suplementos alimentares e vitaminas voltados à prevenção de doenças), sendo eles produzidos em duas unidades fabris, situadas no estado de São Paulo (municípios de São Paulo e Atibaia) e um centro de distribuição nacional no estado de Minas Gerais (município de Pouso Alegre). A Companhia conta com uma estrutura própria de vendas com abrangência nacional, servindo a distribui-

dores, instituições de saúde e varejistas. **2. Declaração de conformidade e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). BR GAAP abrange a legislação societária brasileira, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29/03/23. A Administração da Companhia afirma que está divulgando todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, e correspondem aquelas usadas na gestão do negócio. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos em Reais e outras moedas foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das

Receitas	Nota	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
Venda de produtos e serviços		423.295	405.335	457.493	436.370
Abatimentos e devoluções		(38.979)	(36.531)	(38.979)	(36.531)
Outras receitas operacionais		2.152	6.950	2.152	6.950
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		2.629	(1.454)	2.629	(1.454)
Insumos adquiridos de terceiros		(224.409)	(188.735)	(157.087)	(136.542)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos		(67.086)	(52.380)	(67.086)	(52.380)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(236)	187	(236)	187
Perda/rec					

continuação

um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 9** – mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 10** – reconhecimento e mensuração do ajuste ao valor realizável de estoques: premissas sobre o giro dos produtos e obsolescência;
- **Nota explicativa nº 14** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 16** – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Nota explicativa nº 24** – reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa nº 26** – reconhecimento de receita – estimativa da expectativa de devoluções de vendas.

Mensuração ao valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis: 5.1 Normas adotadas a partir de 01/01/2022:

Alterações à IAS 37 / CPC 25 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato: As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 01/01/2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas não vigentes em 31/12/2022: Em geral, as adoções antecipadas de normas novas ou revisadas e interpretações, embora encorajadas pelo IASB, não estão permitidas ou não estão disponíveis nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A seguir estão listados os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, e foram objeto de emissão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

IFRS 17 – Contratos de seguros (aplicável para períodos anuais com início em ou após 01/01/2023, permitida adoção antecipada): A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro – A Administração não espera que a aplicação dessa norma tenha impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (aplicável para períodos anuais com início em ou após 01/01/2023, permitida adoção antecipada): As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo. A administração ainda está avaliando o impacto da aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outro componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A administração ainda está avaliando o impacto da aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras.

6. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado.

7. Principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Informação por segmento: A principal receita da Companhia vem da atividade de industrialização e venda de produtos farmacêuticos. O principal gestor das operações analisa informações financeiras e não-financeiras por produtos para deliberar sobre alocação de recursos e avaliar seu desempenho. A gestão das atividades relativas ao planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance dos produtos é centralizada, não havendo uma segregação de gestão que pudesse caracterizar uma gestão por segmento, ou outros fatores que possam identificar conjunto de componentes como segmentos operacionais da entidade.

c. Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

d. Contas a receber de clientes: Corresponde a montantes a receber pela venda de mercadorias, industrialização, e prestação de serviço no decurso normal das atividades da Companhia. Estão apresentadas pelo valor de realização e deduzidos pelas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa. A provisão para perdas é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

e. Receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias.

f. Receitas e despesas financeiras: As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

g. Subvenção governamental: É uma assistência governamental na forma de contribuição de natureza pecuniária, concedida à entidade em troca do cumprimento futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da Companhia. No caso da Companhia, a subvenção se realiza por meio da redução da carga tributária efetiva de ICMS por meio de crédito presumido nas operações de vendas internas e interestaduais de produtos, restando, ainda, uma parcela mínima do imposto a pagar de 1,5% a 3%. As principais condições operacionais para a utilização do benefício são: • Não tomada de crédito de ICMS nas operações de entrada • Assume a condição de substituto nas operações de entrada de mercadorias com substituição tributária de ICMS • Destaque de ICMS a 12% quando a legislação estabelecer percentual superior, nas operações internas

h. IRPJ e CSLL: O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e CSLL correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de IRPJ e CSLL corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de IRPJ e CSLL diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são

determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. O ajuste ao valor realizável de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos é analisado periodicamente e contabilizado quando aplicável.

j. Imobilizado: Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os serviços profissionais. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios e benfeitorias	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	3-40 anos
Móveis e utensílios	3-10 anos
Veículos	5-8 anos
Equipamentos de informática	3-10 anos
Ferramentas	5 anos
Moldes	10-21 anos
Aeronave	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Intangível: Pesquisa e desenvolvimento: Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada, a partir da entrada na linha de produção, e qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos das amortizações acumuladas e quaisquer perdas acumuladas por redução aos valores recuperáveis.

(i) Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo despesas de renovação de registro, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

1. Arrendamento mercantil: Com adoção da norma IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos. A Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos aluguéis que não foram pagos na data da transação descontados usando a taxa incremental composta por taxas de juros de fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Durante o exercício findo em 31/12/2022 e 2021, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram como segue:

Taxa incremental	Taxa real
10,96%	7,46%
11,13%	7,63%
12,05%	8,55%
12,17%	8,67%
12,74%	9,24%
12,82%	9,32%
13,35%	9,85%
13,41%	9,91%
13,91%	10,41%
13,96%	9,44%

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia está razoavelmente certa que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custos para desmontagem e remoção de incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

m. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment): (i) **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Os critérios para a provisão de perda estimada do balanço a receber foram definidos a partir de políticas de crédito da Companhia, onde são estabelecidos ratings para os clientes. A partir do rating de cada grupo de clientes foram definidos percentuais de risco que são aplicados sobre a carteira de clientes. As métricas de provisão estão embasadas em médias de títulos em atraso dos últimos 3 anos. Os percentuais de risco de cada rating estão demonstrados abaixo: • Rating AA – 0,0% sobre a carteira de clientes; • Rating A – 0,9% sobre a carteira de clientes; • Rating B – 10,6% sobre a carteira de clientes; • Rating C – 14,6% sobre a carteira de clientes; • Rating D – 50,0% sobre a carteira de clientes • Rating E – 100,0% sobre a carteira de clientes O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: Dificuldades financeiras significativas do cliente; Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso superior a 90 dias; Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; A probabilidade que o devedor estrairá em falência ou passará por outro tipo de reorganização; O desaparecimento de mercado ativo para o título por conta de dificuldades financeiras. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o valor do ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Para efetuar a baixa, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos de mesma natureza de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das

Demonstração dos fluxos de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		33.106	55.926
Ajustes para:			
Provisão para perda esperada de contas a receber de clientes	09 / 27.2	(2.629)	1.454
Depreciações e amortizações	15 / 18 / 16	10.480	8.456
Encargos financeiros	18 / 19	5.161	16.556
Provisão de juros das debêntures	20	21.599	-
Plano justo de instrumentos financeiros derivativos	29.e	2.159	(564)
Plano de pagamento baseado em ações		-	479
Dividendos compensados		-	(569)
Despesa de IRPJ e CSLL - corrente	14	1.522	2.854
Despesa de IRPJ e CSLL - diferido	14a	(2.558)	3.041
Provisão para processos judiciais		1.522	440
Ajuste ao valor realizável de estoque	10	2.341	(3.382)
Baixa do ativo imobilizado	15/16	5.627	194
Custo residual do ativo imobilizado baixado		-	-
(Acréscimo) decréscimo nas contas de ativos operacionais			
Contas a receber	9	(20.639)	(22.838)
Adiantamentos a fornecedores	11	1.407	8.382
Impostos a recuperar	12	4.421	(3.704)
Estoques	7	4.476	(24.743)
Outros créditos		315	106
Acréscimo (decrécimo) nas contas de passivos operacionais			
Fornecedores e outras contas a pagar	17	12.279	1.071
Impostos e contribuições	22	810	(109)
Obrigações trabalhistas	21	528	2.228
Parcelamentos fiscais	23	(1.600)	1.021
Outras obrigações		3.439	(3.474)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		82.244	42.825
Juros pagos	18 / 19 / 20	(23.531)	(11.979)
Impostos pagos sobre o lucro	14	-	(13.289)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		58.713	17.557
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	15	(10.797)	(33.160)
Aquisição de intangível	16	(37.428)	(22.384)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(48.225)	(55.544)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	19	31.310	125.325
Recursos provenientes de emissão de debêntures líquido dos custos de transação		-	148.351
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	(136.338)	(109.937)
Pagamento de passivo de arrendamento	18	(955)	(2.000)
Pagamento de dividendos	25.c	(189)	(11.253)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(106.172)	150.486
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(95.684)	112.499
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		123.726	11.227
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		28.042	123.726

entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC). O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Fornecedores: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

o. Provisões: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para demandas judiciais: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

p. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo pelos outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



CONTINUAÇÃO

de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamento do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações de desconto de duplicatas simples em que entrega títulos a receber para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor em conta corrente com desconto dos juros por antecipação. A propriedade dos títulos é transferida para as instituições financeiras e a Companhia é corresponsável pelo pagamento dos mesmos em caso de não liquidação pelo devedor. Nessas casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos e um passivo financeiro é registrado. Adicionalmente, o ativo financeiro é classificado como atividade operacional e o passivo financeiro como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa da companhia. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **q. Mensuração do Valor Justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **r. Demonstrações do valor adicionado:** A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, referente aos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. **s. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

8. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa	2022	2021
Conta corrente	28	8
Aplicações financeiras	1.638	1.327
	26.376	122.391
	28.042	123.726

Caixa e equivalentes de caixa são compostas por numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com alta liquidez, resgatáveis a qualquer momento. As aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada a Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31/12/2022, as aplicações eram remuneradas entre 20% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (20% e 120% em 31/12/2021).

9. Contas a receber de clientes:

Contas a receber de clientes	2022	2021
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	126.671	106.033
	(3.022)	(5.651)
Total do contas a receber	123.649	100.382

A análise de vencimento do contas a receber de clientes é como segue:

A vencer	2022	2021
Vencidos:		
até 30 dias	116.826	98.419
entre 31 e 60 dias	5.029	3.634
entre 61 e 90 dias	515	730
entre 91 e 180 dias	2.051	685
entre 181 e 360 dias	643	838
acima de 360 dias	348	626
	1.259	1.101
Saldo final do exercício	126.671	106.033

a. Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

	2022	2021
Saldo inicial	(5.651)	(4.197)
Adições	(3.721)	(2.128)
Reversões	6.350	674
Saldo final	(3.022)	(5.651)

10. Estoques:

	2022	2021
Produto acabado	25.650	25.179
Produto semiacabado	15.369	17.037
Materia-Prima	32.174	42.396
Embalagens	6.520	7.326
Material de consumo	402	218
Importação em andamento	5.224	-
Total dos estoques	85.339	92.156

Em 31 de dezembro 2022, os valores dos custos de estoque de produtos acabados, semiacabados, matérias-primas e embalagem incluídos no custo das mercadorias e produtos vendidos são R\$184.325 (R\$ 156.257 em 31/12/2021). Adicionalmente, os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R\$3.626 (R\$ 1.284 em 31/12/2021). Esse aumento na provisão foi reconhecida no resultado do exercício em 2022. O ajuste ao valor realizável é calculado considerando a data de vencimento dos produtos e leva em consideração também a expectativa de comercialização futura dos mesmos. Materiais e produtos acabados com datas de vencimento expiradas são integralmente provisionados. Para produtos acabados, a Companhia adota o critério da expectativa de não realização do estoque em determinados períodos para o vencimento. Assim, produtos acabados com datas de vencimento em até 180 dias, independentemente da expectativa ou não de vendas, são 100% ajustados como perda. Já aqueles produtos acabados com vencimento entre 6 e 9 meses da validade são considerados de difícil realização, de forma que é ajustada a perda de 60% do seu montante. Produtos acabados com vencimento entre 9 meses a 1 ano, é feito o ajuste de perda de 40% do valor contábil dos itens, tendo em vista o grau de risco identificado para a realização da venda destes estoques. Em 31/12/2022 e 2021 a Companhia não possuía estoques dados em garantia de dívidas.

11. Adiantamentos a fornecedores:

	2022	2021
Fornecedores nacionais	457	368
Fornecedores estrangeiros	466	2.015
Despachantes	439	386
	1.362	2.769

Adiantamentos a fornecedores estrangeiros são registrados pela taxa de câmbio da data da transação, decorrente da conversão da moeda estrangeira para moeda funcional da Companhia. Tal ativo não monetário é mantido pela taxa histórica posteriormente ao registro inicial, não sofrendo efeitos de variação cambial.

12. Impostos a recuperar:

	2022	2021
Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI")	60	114
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")	-	445
IRPJ Retido na Fonte ("IRRF")	883	-
CSLL sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	33	78
PIS/COFINS/CSLL a recuperar (i)	5.410	417
Impostos a recuperar	6.386	1.054
IRPJ e CSLL a recuperar	419	3.983
Circulante	6.805	5.037
ICMS a recuperar	-	3.464
PIS/COFINS/CSLL a recuperar (i)	557	4.340
Não circulante	557	7.804

(i) Em 13/05/2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que: (a) de que o ICMS é ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS e o destacado nas notas fiscais e

15. Imobilizado:

	2021	Adições	Baixas	Transferência	2021	Adições	Baixas	Transferência	2022
Custo									
Terenos, Edifícios e benfeitorias	5.600	-	-	3.590	9.190	135	-	5.037	14.363
Máquinas e Equipos e outros bens	31.080	18.019	(222)	8.124	57.001	5.878	(230)	703	63.351
Móveis e Utensílios	2.488	61	(16)	211	2.744	75	(1)	12	2.830
Veículos	3.091	-	(557)	333	2.867	-	(303)	-	2.564
Equipamentos de informática	2.552	944	(89)	70	3.477	791	(75)	30	4.223
Aeronaves	8.849	-	-	-	8.849	-	-	-	8.849
Bens em construção	21.138	14.136	-	(12.328)	22.946	3.919	-	(5.782)	21.083
	74.798	33.160	(884)	-	107.074	10.798	(609)	-	117.263
Depreciação									
Terenos, Edifícios e benfeitorias	(1.027)	(299)	-	-	(1.326)	(427)	-	-	(1.753)
Máquinas e Equipos e outros bens	(13.791)	(3.585)	202	-	(17.174)	(5.450)	166	-	(22.458)
Móveis e Utensílios	(1.128)	(241)	16	-	(1.353)	(220)	-	-	(1.573)
Veículos	(721)	(511)	385	-	(847)	(472)	20	-	(1.299)
Equipamentos de informática	(1.357)	(492)	87	-	(1.762)	(572)	75	-	(2.259)
Aeronaves	(74)	(885)	-	-	(959)	(885)	-	-	(1.844)
	(18.098)	(6.013)	690	-	(23.421)	(8.026)	261	-	(31.186)
Saldo líquido	56.700	27.147	(194)	-	83.653	2.772	(348)	-	86.077

Provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment"): O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, e para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment. Adicionalmente, as taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, e a Administração não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis. Conciliação das adições de imobilizado com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de investimento. No exercício findo em 31/12/2022, a Companhia adquiriu ativos imobilizados no valor de R\$ 10.797 (R\$ 13.160 em 2021), com desembolso de caixa na sua totalidade.

16 Intangível:

	01/01/2021	Adições	2021	Adições	Baixas	2022
Custo ou Avaliação						
Software	1.251	1.599	2.851	-	-	2.851
Desenvolvimento	7.677	20.785	28.462	33.798	(5.279)	56.981
Dir. Prop. Industrial	-	-	-	3.630	-	3.630
Outros	43	-	43	-	-	43
	8.971	22.384	31.356	37.428	(5.279)	63.505
Amortização						
Dir. Prop. Industrial	-	-	(424)	-	-	(424)
Amort. Proj P&D	-	-	(664)	-	-	(664)
Software	(801)	(258)	(1.059)	(459)	-	(1.518)
	(801)	(258)	(1.059)	(1.547)	-	(2.606)
Saldo líquido	(8.170)	22.126	30.297	35.881	(5.279)	60.899

a. Recuperação de custos com desenvolvimento: O valor contábil dos custos com desenvolvimento em 31/12/2022 foi de R\$ 56.981 (R\$ 28.462 em 31/12/2021) e estão relacionados diretamente a projetos de desenvolvimento de novos medicamentos. Quando indicadores de imparidade são observados, a Companhia determina o valor recuperável com base no fluxo de caixa descontado do ativo. O valor recuperável é analisado pela Companhia por molécula. Cada molécula possui estudo de viabilidade técnica e comercial, projeções de fluxo de caixa futuro para os próximos 10 anos, preparadas com base em estimativas de volume de vendas, preços e custos de produção baseado em análises

A movimentação do passivo de arrendamento é a seguinte:

	01/01/2022	Juros do período	Atualização	Adições de novos contratos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	2022	Juros do período	Atualização	Adições de novos contratos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	2022
Passivo de arrendamento	8.922	709	(1.075)	941	(2.000)	(709)	6.788	781	(1.188)	800	(955)	(781)	5.445
Total passivo de arrendamento	8.922	709	(1.075)	941	(2.000)	(709)	6.788	781	(1.188)	800	(955)	(781)	5.445

Em 31/12/2022, o perfil de vencimento do passivo de arrendamento é como segue:

Prazos	Valor presente	Total de pagamentos até o final do contrato
Menos de 1 ano	2.127	2.675
1 a 2 anos	1.361	1.548
2 a 3 anos	456	626
3 a 4 anos	447	241
4 a 5 anos	427	460
Mais de 5 anos	627	1.100
Valor bruto	5.445	6.649
Potencial PIS e COFINS a recuperar (a)	(504)	(615)
Valor líquido	4.941	6.034

Os referidos créditos foram considerados somente das unidades produtivas que se configuram na tomada do direito de crédito que poderão se realizar materialmente diferente dos montantes demonstrados acima devido a possibilidade da alíquota efetiva ser diferente da teórica ou os pagamentos não estarem mais sujeitos a tomada de crédito. Montante relativo ao potencial direito de crédito de PIS e COFINS sobre pagamentos dos arrendamentos conforme divulgação prevista no Ofício Circular CMV/SNC/SEP/Nº 02/2019 representando uma estimativa. A Companhia arrenda outros ativos com prazos de contrato de um a três anos. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. A Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos. O valor reconhecido como despesa em 31/12/2022 é de R\$ 2.028 (R\$ 1.733 em 31/12/2021).

(b) de que os efeitos dessa exclusão devem se dar após 15/03/2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até (inclusive) essa data. A Companhia teve sentença favorável, transitada em julgado, sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo de habilitação do crédito referente à Althia foi deferido em dezembro de 2022 no montante de R\$ 4.284, sendo reclassificado para o ativo circulante. A Companhia ainda possui um saldo de crédito extemporâneo no montante de R\$ 557 aguardando deferimento junto à Receita Federal. **13. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Remuneração de dirigentes:** A remuneração de dirigentes é composta de: remuneração fixa mensal, incluindo salários, pró-labore, pagamentos à pessoa jurídica e benefícios compostos de plano de saúde e seguro de vida. **Remuneração de Conselho de Administração:** A remuneração de membros do conselho de administração acontece em razão da realização de reuniões periódicas, composta de valor fixo, por reunião com natureza salarial, não incluindo nenhuma espécie de benefício. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, inclui as remunerações fixas e benefícios dos dirigentes e remuneração por reunião dos membros do Conselho de Administração. Em 31/12/2022, o valor pago pela Companhia foi de R\$3.216 (R\$ 4.071 em 31 de dezembro de 2021) relativos à remuneração dos Administradores. **14. IRPJ e CSLL:** A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de IRPJ e CSLL debitada no resultado é demonstrada como segue:

	2022	2021
Conciliação da alíquota de imposto efetiva		
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	30.548	61.821
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	(34%)	(34%)
Despesa projetada de IRPJ e CSLL	(10.356)	(21.019)
Adições/exclusões permanentes	(3.744)	13.564
Subvenções fiscais	10.723	-
Lei do bem	5.935	-
Prejuízos fiscais	-	1.560
	2.558	(5.895)
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL (%)	8,4%	(9,5%)
IRPJ e CSLL correntes	-	(2.854)
IRPJ e CSLL diferidos	2.558	(3.041)
Despesa de IRPJ e CSLL	2.558	(5.895)

No exercício findo em 31/12/2022 a Companhia não recolheu imposto sobre a renda e CSLL. No exercício findo em 31/12/2021 a Companhia recolheu imposto sobre a renda e CSLL, tendo desembolsado no exercício o montante de R\$ 13.289, sendo o valor de R\$ 6.452 referente à apuração devida no exercício findo em 31/12/2020 e R\$ 6.837 referente ao próprio exercício de 2021 (R\$ 773 em 2020).

a. IRPJ e CSLL diferidos:

	2022	2021
IRPJ Pessoa Jurídica ("IRPJ")	13.108	11.227
CSLL sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	4.719	4.042
Total do ativo fiscal diferido	17.827	15.269

O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência. O IRPJ e a CSLL têm a seguinte origem:

	2022	2021
Diferenças temporárias		
Cut-off de vendas	1.723	526
Provisão para demandas judiciais	1.084	566
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.028	1.922
Provisão para perda nos estoques	1.233	437
Provisão para devoluções	661	847
Direito de uso	298	314
Outros (i)	1.143	-
Total das diferenças temporárias	7.170	4.612
Prejuízo fiscal e base negativa	10.657	10.657
Total do IRPJ e CSLL diferidos	17.827	15.269

(i) Refere-se a provisões de fornecedores não entregues, bonificações e descontos comerciais.

Movimentação do IRPJ e CSLL no exercício:

	2022	2021
Saldo inicial	15.269	18.310
Efeito no resultado do exercício	2.558	(3.041)
Saldo final	17.827	15.269

O IRPJ e CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Ao avaliar a capacidade de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos, são consideradas projeções de lucros tributáveis futuros e movimentações das diferenças temporárias. Não há prazo de validade para utilização de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém a utilização dos prejuízos acumulados de anos anteriores é limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

17. Fornecedores e outras contas a pagar:

	2022	2021
Fornecedores nacionais	34.815	16.508
Fornecedores estrangeiros	14.957	18.668
Fornecedores serviços	598	704
Provisão de devoluções	1.943	2.490
Total de fornecedores e		

19. Empréstimos e financiamentos:								
Modalidade das dívidas	Moeda	Vencimento	Indexador	Taxa	2022	2021		
Capital de giro	BRL	Até 30/09/2024	CDI + Taxa Pré	2,30% a 4,00% a.a	10.448	85.101		
4131	USD	Até 18/11/2024	Libor	2,04% a.a.	15.734	37.825		
4131	EUR	Até 11/04/2022	Var. Cambial + Taxa Pré	1,15% a 2,43% a.a	3.138	12.866		
FINEP	BRL	Até 15/07/2032	TJLP + Taxa Pré	3,40% a 4,00% a.a	18.053	-		
FINAME	BRL	Até 15/10/2024	Taxa Pré	4,50% a.a	804	1.264		
FINIMP	USD	Até 04/03/2022	Var. Cambial + Taxa Pré	1,67% a.a	-	9.965		
FINIMP	EUR	Até 06/06/2022	Var. Cambial + Taxa Pré	1,07% a 2,07% a.a	14.088	21.977		
					62.265	168.999		
					114.595	114.595		
					28.334	54.404		
A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:								
					2022	2021		
Saldo inicial					168.999	149.165		
Captação					31.310	125.325		
Apropriação de juros e variação cambial					4.380	15.716		
Pagamento de principal					(136.339)	(109.937)		
Pagamento de juros					(6.087)	(11.270)		
Saldo final					62.265	168.999		
					31/12/2022	Total		
Vencimento em					Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	4 ou mais
Capital de giro					8.282	2.166	-	-
4131 - USD					11.149	7.724	-	-
FINAME					461	342	-	-
FINIMP - EURO					14.088	-	-	-
FINEP					53	1.113	2.227	14.660
					34.033	11.345	2.227	14.660
					85.102	17.666	15.880	8.259
					12.866	-	-	-
					1.264	462	340	-
					9.965	-	-	-
					21.977	-	-	-
					114.595	30.125	24.279	-
A Companhia detém um empréstimo bancário no montante de USD 600 e um empréstimo bancário no montante de USD 2.960 que, de acordo com os termos do contrato, será pago em parcelas trimestrais até março de 2023 e até novembro de 2024, respectivamente. Contudo, os contratos possuem cláusula contratual restritiva (covenant) que estabelece que, ao final de cada ano, a dívida líquida da Companhia não pode exceder 3 vezes o EBITDA anual da Companhia, medido com balanço auditado, caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido. A Administração da Companhia monitora essas cláusulas de forma sintética e constante. 20. Debêntures:								
Modalidade					2022	2021		
Debêntures					154.738	150.131		
(i) Custo da transação					(1.321)	(1.649)		
Circulante					153.417	148.482		
Não circulante					4.408	131		
Os recursos líquidos captados pela Companhia, por meio da emissão, foram destinados para reforço de caixa.					149.009	148.351		
Características das debêntures:								
Descrição					Emissão			
Entidade Emissora					Althia S.A. Indústria Farmacêutica			
Instituição Financeira					XP Investimentos			
Valor total da emissão em série única					150.000			
Natureza					Privada			
Data da emissão					15/12/2021			
Data de captação					29/12/2021			
1º Vencimento					15/01/2026			
2º Vencimento					15/01/2027			
Espécie					quirográfica			
Garantia					Fiança do acionista controlador			
Identificação ativo na CETIP					ALTF11			
Taxa de juros efetiva a.a. %					2,30% + 100% CDI			
Valor total da dívida, incluindo custos de transação					154.738			
Movimentação das debêntures:					Emissão			
Saldo em 31/12/2021					148.482			
Pagamento de juros					(16.664)			
Juros provisionados					21.599			
Saldo em 31/12/2022					153.417			
Escalonamento da dívida referente ao saldo de debêntures, incluindo custos de transação:								
Ano					2022	2021		
2022					-	131		
2023					4.738	-		
2024					-	-		
2025					-	-		
2026					75.000	75.000		
2027					75.000	75.000		
Cláusulas restritivas (covenants): De acordo com os termos da escritura, os juros serão pagos trimestralmente até janeiro de 2027 e o valor principal será pago em duas parcelas de R\$ 75.000, vencendo em 15/01/2026 e 15/01/2027, respectivamente. Devido a emissão de debêntures, há cláusula de covenants a ser atendida pela Companhia, e esta estabelece que, ao final de cada ano, a dívida líquida não pode exceder 3,5 vezes o EBITDA anual da Companhia, medido com balanço auditado, porém de 3,01 a 3,56 vezes o EBITDA, a sobre taxa base da escritura deverá ser atualizada para refletir o nível de atavancagem da Companhia, de forma que a remuneração aplicável para as debêntures será determinada conforme tabela abaixo. Contudo, para indicador acima de 3,50 vezes o EBITDA, o empréstimo se torna imediatamente vencido. A Administração da Companhia monitora essas cláusulas de forma sintética e constante. Em 31/12/2022 e 2021, a Companhia havia cumprido com todas as cláusulas contratuais, aplicando atualmente o índice financeiro de remuneração de 2,30%.								
Límite do Índice Financeiro Remuneração								
Entre 0,01 (inclusive) e 3,00 (exclusive)					2,30%			
Entre 3,01 (inclusive) e 3,25 (exclusive)					2,45%			
Entre 3,25 (inclusive) e 3,50 (exclusive)					2,60%			
21. Obrigações sociais e trabalhistas:					2022	2021		
Provisão para férias e encargos sociais					4.987	4.487		
INSS a recolher					1.362	1.383		
FGTS a recolher					418	381		
IRRF sobre folha					976	964		
Total das obrigações sociais e trabalhistas					7.743	7.215		
22. Obrigações fiscais:					2022	2021		
ICMS a recolher					3.319	2.543		
PIS a recolher					176	330		
COFINS a recolher					836	1.545		
PIS, COFINS e CSLL retidos					118	190		
ISS a recolher					14	71		
Outros					34	67		
Total das obrigações fiscais					4.497	4.746		
23. Parcelamentos fiscais e previdenciários:					2022	2021		
Parcelamento de IRPJ e CSLL					2.810	3.729		
Refis MP 783/17					1.495	1.728		
Refis MP 899/19					860	1.002		
Parcelamento de PIS e COFINS					-	226		
Parcelamento de ICMS					26	106		
Total dos parcelamentos fiscais e previdenciários					5.191	6.791		
Circulante					1.345	1.624		
Não circulante					3.846	5.167		
O Governo Federal através das Medidas Provisórias nº 783, de 31/05/2017 e Medida Provisória nº 899, de 16/10/2019, instituiu os programas especiais de regularização tributária (PERT). Esses programas, além de visar à redução dos processos em litígios tributários, objetiva proporcionar às Companhias condições especiais para a negociação de suas dívidas junto à Receita Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social. Passivo tributário federal com a adesão ao parcelamento PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), reparando os débitos de IRPJ e CSLL existentes no PRT com parcelas que se encerraram em 2030. Parcelamentos simplificados de PIS e Cofins que se encerraram nos meses de Novembro e Dezembro de 2022. Em relação aos impostos federais, a Companhia possui parcelamentos previdenciários e não previdenciários realizados em exercícios anteriores. Havia parcelamentos simplificados de PIS e Cofins que se encerraram em 2022. Passivo tributário estadual relativos a débitos de ICMS, parcelados através de Programa Especial de Parcelamento (PEP do ICMS) que se encerraram em 2023.								
24. Provisão para demandas judiciais:					2022	2021		
Provisão para demandas judiciais								
Cível					1.437	403		
Trabalhista					438	894		
Tributária					1.312	368		
					3.187	1.665		
A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:								
					01/01/2021	Adi- ções	Atuali- zação	2021
Trabalhista					842	52	894	546
Cível					383	52	(32)	403
Tributário					-	368	-	368
					1.225	473	(32)	1.665
					1.437	35	35	1.437
					438	-	-	438
					1.312	-	-	1.312
					3.187	32	32	1.665
A Companhia é ré em ações judiciais decorrentes do curso das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas. Periodicamente, a administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários com o objetivo de classificá-los segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis e remotos, levando em consideração as análises de seus advogados e escritórios de advocacia que patrocinam suas causas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes, constituiu provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias no montante de R\$ 3.187 em 31/12/2022 (R\$ 1.665 em 31 de dezembro de 2021), consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis das ações em curso. Com base em parecer dos assessores jurídicos da Companhia, as ações com probabilidade possível de perda somam o montante de R\$ 11.100 em 31 de dezembro de 2022, que compreendem processos de natureza trabalhista, tributário e cível (R\$ 1.297 em 31 de dezembro de 2021). O principal processo em andamento refere-se a uma ação cível movida pelo Ministério Público do Estado da Paraíba de 2021, no valor de R\$ 10.000, cuja natureza seria o descumprimento de comunicação aos consumidores e órgãos de defesa e proteção do consumidor relacionados ao recolhimento dos medicamentos Cardesartana e Hidroclorotiazida. 25. Patrimônio líquido: a. Capital social:								
Composição					2022	2021		
FirstBrand Assessoria e Consultoria em Marketing Ltda.					155.730.918	73,41%	8.599	155.730.918
Carolina Sommer								
Mazon					11.609.745	5,47%	641	11.609.745
Gerson Silva de Souza					11.608.738	5,47%	641	11.609.738
Jairo Aparecido								
Yamamoto					9.187.147	4,33%	507	9.058.007
Márcia Regina Hirota								
Yamamoto					9.186.201	4,33%	507	9.057.062
Maira Medeiros								
Vendramini Carrara					3.860.017	1,82%	213	3.860.017
Ricardo Vinicius Ferrari					3.860.017	1,82%	213	3.860.017
Marco Henrique Chepuck Miazzo					3.088.015	1,46%	171	3.088.015
Rachel Giachini								
Sampaio Ferreira					1.161.076	0,55%	64	1.161.076
Demais acionistas					2.841.069	1,34%	157	3.099.348
Total					212.133.943	100%	11.714	212.133.943
Em 31/12/2022 e 2021 capital social está apresentado pelo montante de R\$ 11.714 subscrito e integralizado, divididos em 212.133.943 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b. Reserva de incentivos fiscais: A Companhia goza de benefícios fiscais do ICMS, com natureza de incentivo para investimento, os quais foram concedidos em processo administrativo-tributário junto a Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais, mediante assinatura de Regime Especial de Tributação. Tais benefícios permitem a redução financeira do montante a ser recolhido referente ao passivo tributário do ICMS. A diferença entre o recolhimento e o passivo tributário é reconhecida no resultado do exercício como incremento da receita operacional líquida, e posteriormente, transferido na sua totalidade para reserva de incentivos fiscais. Durante o exercício de 2022, a Administração da Companhia reconheceu o montante de R\$ 31.539 (R\$ 26.969 em 2021) onde somente poderão ser utilizadas sem efetiva tributação em caso de aumento do capital social ou absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, devendo em relação a este último ponto ser recomposta à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes. c. Distribuição de dividendos: A movimentação dos dividendos a pagar está assim demonstrada:								
Em 1º de janeiro de 2022					9.841			
Dividendos pagos no exercício (i)					(189)			
Dividendos mínimos obrigatórios (ii)					235			
Em 31/12/2022					9.887			
(i) O desembolso de caixa foi de R\$ 189, referente ao pagamento de acionista não controlador, na proporção da sua participação. (ii) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.								
Lucro líquido do exercício					33.106			
Constituição de reserva de incentivo fiscal					(31.539)			
Lucro líquido para distribuição					1.567			
Dividendos mínimos obrigatórios (15%)					235			
26. Receita: As receitas da Companhia são geradas principalmente pela fabricação e comercialização de produtos farmacêuticos em geral. Abaixo a Companhia apresenta a conciliação da receita operacional líquida com a receita bruta tributável.					2022	2021		
Receita bruta tributável					457.493	436.370		
Menos:								
- Impostos sobre vendas					(84.147)	(86.026)		
- Abatimentos e devoluções					(40.432)	(36.532)		
- Mais:								
- Subvenção governamental (i)					31.539	26.969		
Total da receita					364.453	340.781		
(i) A subvenção se realiza por meio da redução da carga tributária efetiva de ICMS por meio de crédito presumido nas operações de vendas internas e interestaduais de produtos. a. Desagregação da receita de contratos com clientes: A tabela abaixo apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes pelas principais linhas de produtos e serviços.								
					2022	2021		
Venda de produtos					362.371	331.630		
Industrialização					1.366	5.599		
Serviços					716	3.552		
Total da receita operacional líquida					364.453	340.781		
Venda de produtos: As receitas provenientes das vendas de produtos são divididas em três grupos diferentes, são eles: • Portfólio próprio: Trata-se de produtos de Registro e Comercialização da própria empresa Althia, é o que chamamos também de Portfólio Próprio, são nossa Linha ALTHAIA onde se encontram os Medicamentos que tecnicamente pertencem às categorias de Genéricos, Similares, Notificação Simplificada e Específicos (classificação ANVISA), e nossos produtos da Linha EQUALIV, onde se encontram os Suplementos Alimentares, ou tecnicamente classificados como Alimentos. • Full Service: Esse grupo é representado pelas parcerias que a empresa possui com outros laboratórios, é quando a Althia produz um Medicamento que é de registro de outro laboratório, entregando/vendendo para esse laboratório o produto acabado final, pronto para sua comercialização. Via de regra, essa parceria acontece quando outro laboratório não possui capacidade produtiva ou técnica para produzir internamente e buscam no mercado este tipo de serviço. Em 2022, os principais parceiros da Companhia foram Eurofarma, Grunenthal e Brainfarma. • Marcas Exclusivas: parcerias com atacadistas ou varejistas que desejam ter produtos com a sua própria "marca", toda a produção e registro do produto é de responsabilidade da Althia, o que é feito é uma customização de embalagem e nome comercial do produto conforme vontade do cliente parceiro para que ele de forma exclusiva seja o único cliente daquele produto acabado e seja o único a oferecer no mercado, ao consumidor final, aquela marca e produto. • Industrialização: Trata-se de serviços de industrialização onde outros laboratórios contratam parte do processo de industrialização de seus produtos, por exemplo, a transformação de comprimidos de determinado fármaco, este tipo de serviço é prestado para outros laboratórios. • Serviços P&D: Os serviços prestados pela área de Pesquisa & Desenvolvimento tem finalidade de desenvolver um novo medicamento genérico. As etapas de cada projeto contemplam: definição de fabricante do insumo farmacêutico ativo; desenvolvimento e validação da metodologia analítica, perfil de dissolução, teor e uniformidade conforme RDC vigente; proporcionalidade de concentrações; preparação e definição do estudo de equivalência farmacêutica; realização de testes farmacotécnicos; fabricação de lotes semi-industriais nas instalações da Althia; estudo de validação de processo; acompanhamento e realização dos testes do estudo de estabilidade e fotostabilidade a fim de verificar se o medicamento está estável e qual o prazo de validade; definição do protocolo e acompanhamento do estudo de bioequivalência; elaboração de toda a documentação de todo o desenvolvimento e de todos os estudos realizados para submissão junto ao órgão sanitário do Brasil (ANVISA). Saldo de contrato: Os valores a receber decorrente de contrato com clientes estão reconhecidos na rubrica de "contas a receber de clientes" (veja nota explicativa nº 9). Obrigação de desempenho e Política de reconhecimento de receita: Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes, principais linhas de produtos/serviços e época do reconhecimento da receita. Também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis da Companhia.								
					2022	2021		
Venda de produtos					362.371	331.630		
Industrialização					1.366	5.599		
Serviços					716	3.552		
Total da receita operacional líquida					364.453	340.781		
Mensurados ao valor justo					2022	2021		
Numerários em caixa (Nota 8)					28	28		
Bancos (Nota 8)					1.638	1.638		
Aplicações financeiras (Nota 8)					26.376	26.376		
Instrumentos financeiros derivativos (i)					132	132		
Outros créditos					1.487	1.487		
					29.661	29.661		
Passivos financeiros					Valor contábil	Valor justo	Nível 2	
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)					52.313	52.313		
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)					62.265	70.625		
Debêntures (Nota 20)					153.417	236.196		
Instrumentos financeiros derivativos					1.125	1.125		
					269.120	360.259		
(i) O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de								

Instrumento	Fator de risco	Cenário em:					
		2022		2021		2021	
		Saldo	25%	50%	Saldo	25%	50%
Instrumentos financeiros	USD	-	-	-	52	13	26
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 19)	USD	(18.870)	(4.718)	(9.437)	(47.791)	(11.948)	(23.896)
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 19)	EUR	(14.088)	(3.522)	(7.044)	(34.843)	(8.711)	(17.422)
Fornecedores estrangeiros (nota 17)	USD	(12.681)	(3.171)	(6.341)	(11.824)	(2.956)	(5.912)
Fornecedores estrangeiros (nota 17)	EUR	(2.276)	(568)	(1.138)	(6.844)	(1.711)	(3.422)
		(46.791)	(11.698)	(23.397)	(99.530)	(24.883)	(49.766)

a. Riscos de flutuação nas taxas de juros: Esse risco é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum resultado significativo. O valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data dessa demonstração foi:

	2022	2021
Aplicações financeiras (Nota 8)	26.376	122.391
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	(62.265)	(168.999)
Debêntures (Nota 20)	(153.417)	(148.482)
	(189.306)	(195.090)

Em 31/12/2022, dos saldos de Empréstimos e Financiamentos de R\$ 62.263 na Companhia são 16,78% referente a Capital de Giro, cuja taxa de juros, de forma simplificada, é CDI + Pré Fixada de 2,30% a.a., 30,31% referente a Captação no Exterior - 4131 (USD), cuja taxa de juros, de forma simplificada, é Libor-03 + 2,04% base 360, 28,99% referente a Captação no Exterior - 4131 (EUR), cuja taxa de juros, de forma simplificada, é Variação + Pré Fixada de 1,15% a.a., 22,63% referente a FINIMP (USD), cuja taxa de juros, de forma simplificada, é Variação + Pré Fixada de 1,67% a.a., 28,99% referente a FINIMP (EUR), cuja taxa de juros, de forma simplificada, é Variação + Pré Fixada de 1,29% a.a., 2,07% a.a., 0,75% referente a FINAME, cuja taxa de juros, de forma simplificada, é Pré Fixada de 4,50% a.a.

b. Concentração de risco de crédito: Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. A Companhia está exposta ao risco de crédito decorre de recebíveis, transações com derivativos, seguradoras, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Companhia em um nível aceitável. Para a exposição de crédito comercial, decorrente da venda a clientes finais, a área de gestão de risco, de acordo com o nível de delegação em vigor, aprova ou solicita a aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte.

c. Gestão de capital: A Companhia monitora seu capital com base na dívida líquida e seu índice de alavancagem financeira. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, empréstimos de parceiros empresariais, fornecedores e outras contas a pagar, menos caixa e equivalentes de caixa. O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	62.265	168.999
Debêntures (Nota 20)	153.417	148.482
Instrumentos financeiros derivativos	1.125	1.772
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)	1.890	38.370
Passivo de arrendamento (Nota 18)	5.445	6.788
Contas a pagar de aquisições de ativos	1.890	3.554
Outros passivos	4.101	662
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	(28.035)	(123.726)
Dívida líquida	252.514	244.901
Total do patrimônio líquido	(105.920)	(72.904)
Índice de alavancagem financeira - %	42%	30%

d. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de hedge cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas. A Companhia tem reconhecimento ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizam os impactos de variação cambial incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o exercício findo em 31/12/2022 e 2021, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais.

	2022	2021
Efeito dos derivativos no balanço patrimonial		
Ativo		
Circulante	132	946
Não circulante	92	2.084
	224	3.030
Passivo		
Circulante	1.125	1.772
Não circulante	-	-
	1.125	1.772
Efeito dos derivativos no resultado		
(Ganho) Perda reconhecida no resultado	2.159	(564)
	2.159	(564)

Efeito dos derivativos nos fluxos de caixa

	2022	2021
Liquidação financeira	-	-

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo. **30. Resultado por ação:** O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias diluídas.

	2022	2021
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	33.017	55.926
- Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro básico por ação - R\$	0,16	0,26

31. Cobertura de seguros: Em 31/12/2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$167.866 para lucros cessantes, R\$118.000 para danos materiais e R\$1.200 para responsabilidade civil. Aplice de seguro com despesa antecipada de 6/12/2022 até 6/12/2023, com prêmio de R\$ 220, registrado como despesa antecipada no grupo de outros créditos no ativo circulante. **32. Pagamento baseado em ações:** O Plano foi aprovado pela Administração da Companhia e apresentado aos executivos selecionados na data de 09/10/2019 e a concessão de Restricted Shares Units - RSU foi em 27/08/2021. No plano de RSU, as ações foram concedidas aos executivos participantes na data do fechamento do plano a um custo pré-fixado na data da apresentação. As RSUs foram concedidas integralmente, suas condições de aquisição estavam relacionadas aos serviços prestados, e tais condições seriam atingidas a uma razão determinada no limite de aquisição de 30 meses contados da data de apresentação do plano. Se um executivo selecionado deixasse de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos seriam perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que deveriam ser aprovadas pela Administração caso a caso. O período de aquisição poderia ser diminuído com previsão em instrumento de contrato, com anuidade das partes e pagamento do valor pré-fixado, comprovado pelo participante, o que ocorreu na data de 27/08/2021. Com o fechamento e o pagamento comprovado, aconteceu a transferência das ações ordinárias na forma secundária (entre acionistas). O plano garantiu a retenção dos executivos participantes pelo período de 22 meses na Companhia. Ainda que o período de vigência das cláusulas de permanência exigida em contrato tenha se encerrado, nenhum executivo deixou a Companhia. Não existe vigente, na data de 31/12/2022, plano de pagamento baseado em ações.

Diretoria
Jairo Aparecido Yamamoto - Diretor Presidente
Claudio Eiji Kuwabara - Gerente de Controladoria
Alexandre de Souza Dias - CRC SP281855/0-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Althia S.A. Indústria Farmacêutica Atibaia - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Althia S.A. Indústria Farmacêutica (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Althia S.A. Indústria Farmacêutica em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita na venda de produtos:** Veja a Nota 26 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** As receitas da Companhia derivam essencialmente da industrialização, da comercialização, da promoção e distribuição de produtos farmacêuticos em geral, que geralmente são reconhecidas no momento em que ocorre a entrega dos produtos ao cliente. O processo de reconhecimento das receitas de vendas da Companhia requer controles da administração para análise e monitoramento, a cada transação, do momento em que os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações, momento esse em que ocorre a transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Além disso, para contratos que permitem ao cliente devolver os produtos, o reconhecimento de receita requer também o uso de dados históricos e julgamentos significativos para estimar a expectativa de devolução de produtos. Em função do referido anteriormente, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas serem registradas antes do cumprimento das obrigações de performance (antes da transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente), consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Análise, em base amostral, das transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida no momento em que ocorre a transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente. - Análise, em base amostral, das transações de devoluções ocorridas durante o exercício e período subsequente, de maneira a validar consistência e procedência dos dados históricos usados na determinação da expectativa de devolução de produtos, bem como recálculo da mesma. - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita na venda de produtos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões

econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Campinas, 31 de março de 2023.

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP-027612/F
Carlos Humberto Rodrigues da Silva
Contador
 CRC 1SP217733/0-4

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Genco Holding Participações S.A.

CNPJ/MF nº 43.296.632/0001-57

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.209	–	35.338	Fornecedores	9	–	–	14.228
Contas a receber	7	–	–	14.342	Obrigações trabalhistas	–	–	–	129
Impostos a recuperar	–	18	–	606	Obrigações tributárias	8	–	–	67
Adiantamento a fornecedores	–	–	–	7	Valor justo dos contratos de energia	13	–	–	93.429
Valor justo dos contratos de energia	13	–	–	112.413	Outras contas a pagar	480	–	–	480
Outras contas a receber	–	30	–	36	Não circulante				81.630
Não circulante		96.719		108	Valor justo dos contratos de energia	13	–	–	42.727
Valor justo dos contratos de energia	13	–	–	137.601	Passivo fiscal diferido	16	–	–	38.903
Investimentos	8	96.719	–	95	Patrimônio líquido				110.488
Imobilizado	–	–	–	13	Capital social	10	50.000	–	50.000
Total do ativo		110.976		300.451	Capital a integralizar	10	(10.000)	–	(10.000)
					Reserva legal	10	3.549	–	3.549
					Reserva de lucros a realizar	10	66.939	–	66.939
					Total do passivo e patrimônio líquido		110.976		300.451

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Genco Holding Participações S.A. (“Companhia” ou “Genco Holding”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de julho de 2021, que explora o ramo de atividade de Holdings de instituições não financeiras. A Companhia tem sede no município de São Paulo, na sede na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Cidade Jardim, CEP 05.676-120. Em 12 de maio de 2022, a Companhia realizou a aquisição de quotas da Genco Energia Ltda. (“Genco Energia”), anteriormente denominada Flow Energia Comercializadora Ltda., uma sociedade limitada, com sede no mesmo endereço da Genco Holding, Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, São Paulo (SP), cujo objetivo principal é a comercialização de energia elétrica, e objetivos secundários: (i) coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica; (ii) consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (iii) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e (iv) participação em outras sociedades, exceto holdings. A Genco Energia foi autorizada a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.712 de 31 de julho de 2018. A Greenlands Participações Ltda. foi constituída em 24 de outubro de 2022 visando para as recentes tendências de mercado com sustentabilidade que é um dos vieses do grupo Genco, com objetivo de investir na gestão de propriedades rurais para promover a conservação permanente das florestas, preservar a biodiversidade e apoiar as comunidades locais por meio da geração de créditos de carbono seguindo padrões confiáveis das principais certificadoras globais.

2. Relação de entidades investidas – As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da controladora, sua controlada e controladas em conjunto (o “Grupo”). A seguir, as investidas na qual a Companhia detém participação direta ou participação societária:

Participação	País	
	2022	2021
Genco Energia Ltda.	Brasil	100%
Greenlands Participações Ltda. (i)	Brasil	50,1%

(i) A gestão da Greenlands Participações é realizada em conjunto, portanto, o respectivo investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, bem como, não se aplica a consolidação das demonstrações financeiras. Em 27 de maio de 2022 os então sócios da Genco Energia, Alan Zelazo e Eduardo Cruz cederam e transferiram onerosamente para Genco Holding Participações S.A. por R\$ 550 as quotas da Genco Energia Ltda. (antiga Flow) tornando a Genco Holding a única quotista e controladora da empresa a partir desta data. O patrimônio líquido da Genco Energia no momento da aquisição era de R\$ 393. Por não se tratar de uma combinação de negócios, adicionado a imaterialidade da transação, a variação do valor da aquisição contra o valor do patrimônio líquido da controlada foi classificado como prejuízo na aquisição das quotas da empresa, impactando o resultado líquido em R\$ 157. A aquisição foi classificada como uma aquisição de ativo, pois, a Companhia não possuía processos, força de trabalho, dentre outros itens necessários para ser classificado como uma combinação de negócios. A consolidação passou a ser realizada em 27 de maio de 2022, em linha com a cessão de participação dos antigos sócios a Genco Holding.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), com base nas disposições da legislação societária e pela edição dos pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As informações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram autorizadas pela Diretoria em 21 de março de 2023.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo custo amortizado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Julgamento e uso de estimativas contábeis:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas: **Nota Explicativa nº 13** – Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.; **Nota Explicativa nº 16** – Realização do imposto de renda e contribuição social diferido; **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota Explicativa nº 13** – Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros. **4. Principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Base de consolidação: (i) Controlada:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Resultados oriundos de transações com Companhia investida registrados por equivalência patrimonial são eliminados integralmente contra o investimento. **(iii) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desconsolida os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que já a perda de controle. **(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em empreendimento controlado em conjunto (joint ventures). Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados

abrangentes da investida até a data em que o controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **b. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** (i) Reconhecimento e mensuração inicial: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócio. No exercício de 2022, a Companhia possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e a valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. (ii) Impairment de ativos financeiros: Ativos financeiros são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Instrumentos financeiros derivativos – marcação a mercado:** A Companhia centraliza as transações de compra e venda de energia para atender ao seu objetivo principal que é a comercialização de energia elétrica no Mercado Livre de Energia. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem à definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos e/ou especializados, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **d. Contas a receber:** Refere-se substancialmente a consumidores e concessionários através de contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia porventura liquidada diretamente na CCEE “Câmara de Comercialização de Energia Elétrica”, contabilizado com base no regime de competência. **e. Investimento:** Na demonstração financeira individual da Controladora, as informações contábeis das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia. **f. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar pela aquisição de energia em mercado de curto prazo que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao tempo e riscos específicos para o passivo. **h. Capital social e remuneração dos acionistas:** O capital social é representado por ações. A remuneração dos acionistas é realizada sob a forma de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio conforme definido no contrato social da Companhia. Os dividendos são distribuídos com base nos resultados trimestrais, podendo ser antecipados mediante realização de reunião de acionistas cujas atas estão devidamente arquivadas na sede da Companhia. **i. Receita e custos:** A receita de comercialização de energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na CCEE respeitando o regime de competência. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfetida, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) A identificação do contrato com o cliente. (ii) A identificação das obrigações de desempenho. (iii) A determinação do preço da transação. (iv) A alocação do preço da transação. (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. Os custos de energia elétrica referem-se basicamente a energia comprada para comercialização, vinculada à atividade operacional da Companhia, reconhecida ao seu valor de liquidação na data de entrega da energia acordada. A receita é reconhecida através da geração e entrega da energia elétrica, que é adquirida de terceiros, para os clientes da Companhia, dentro do período de competência. **j. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem basicamente: Receita sobre rendimento de aplicações financeiras; e Despesa com taxas bancárias. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **k. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) **Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa de lucro esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacio-

Demonstrações de Resultado do Exercício – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Receita operacional líquida	11	–	–	66.027
Custos operacionais	12	–	–	(65.961)
Resultado do valor justo dos contratos de energia	13	–	–	113.859
Lucro bruto (Despesas)/receitas operacionais				113.925
Despesas gerais e administrativas	14	(1.330)	–	(6.680)
Resultado de equivalência patrimonial	8	71.226	–	(5)
Outras (despesas)/receitas operacionais	–	–	–	10
Resultado financeiro				69.897
Receitas financeiras	15	1.128	–	2.677
Despesas financeiras	15	(37)	–	(37)
Resultado antes do IRPJ e CSLL		1.091		2.640
IRPJ e CSLL – corrente	–	(20)	–	(20)
IRPJ e CSLL – diferido	16	–	–	(38.902)
Lucro líquido do exercício		70.968		70.968
Atribuível à: Controladores				70.968
Não controladores				–

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	70.968	–	70.968	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	70.968	–	70.968	–

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros		Total
	Capital social	Reserva Lucros a realizar (prejuízos acumulados)	
Capital a Integralizar	(1)	–	(1)
Capital social	1	–	1
Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	70.968	70.968
Reserva legal	–	3.549	(3.549)
Dividendos antecipados	–	–	(480)
Reserva de lucros a realizar	–	66.939	(66.939)
Capital a Integralizar	10	(10.000)	–
Capital social	10	50.000	–
Saldo em 31/12/2022	40.000	3.549	66.939

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício				70.968
Ajustado por:				
Resultado do valor justo de contratos de energia	13	–	–	(113.859)
IRPJ e CSLL diferidos	16	–	–	38.903
Resultado de equivalência patrimonial	8	(71.226)	–	5
Aumento/(diminuição) em ativos				
Contas a receber	–	–	–	(14.342)
Impostos a recuperar	(18)	–	–	(606)
Adiantamento a fornecedores	–	–	–	(7)
Outros ativos	(30)	–	–	(35)
(Aumento)/diminuição em passivos				
Fornecedores	–	–	–	14.228
Obrigações trabalhistas	–	–	–	129
Obrigações tributárias	8	–	–	67
Caixa consumido nas operações		(298)		(4.549)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	–	–	–	(13)
Aporte investimentos	(25.100)	–	–	–
Aquisição inicial de investimentos	8	(392)	–	(99)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(25.492)		(112)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	10	40.000	–	40.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		40.000		40.000
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		14.209		35.338
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	14.209	–	35.338
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		14.209		35.338

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

nadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) **Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **I. Normas e interpretações ainda não efetivadas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). (i) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)** As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Genco Holding Participações S.A.

de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a empresa não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais no período de aplicação inicial. A empresa permanece monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. (ii) **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. (iii) **Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. (iv) **Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro:** A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da empresa. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da empresa.

5. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros – Fatores de risco: As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. **a. Risco de mercado:** (i) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras são valorizadas com base na variação do CDI, com encargos e juros calculados de acordo com as condições usuais praticadas. Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Instrumento de taxa variável				
Aplicações financeiras (Nota 7)	14.209	–	35.338	–

(ii) **Risco de preço no fornecimento de energia:** A Companhia está exposta aos efeitos de oscilação de preços no fornecimento de energia em função de variáveis de mercado, tais como níveis de águas nos reservatórios, demanda por geração de termelétricas, sazonalização, entre outros. **b. Risco de crédito:** A Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com contrapartes. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha. **c. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez. A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores (Nota 10)	14.228	–	14.228	–

Instrumentos financeiros por categoria: No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros mensurados a valor justo				
Valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	7 nível 2	14.209	14.209	33.706
Valor justo na compra e venda de energia	9 nível 3	–	–	250.014
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa – bancos	6 nível 2	–	–	1.632
Clientes a receber	8 nível 2	–	–	14.342
Total dos ativos financeiros	14.209	14.209	299.694	299.694
Passivos financeiros mensurados a valor justo				
Valor justo por meio de resultado				
Valor justo na compra e venda de energia	9 nível 3	–	–	136.156
Custo amortizado				
Fornecedores	10 nível 2	–	–	14.228
Total dos passivos financeiros	–	–	150.384	150.384

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	–	–	1.632	–
Aplicações financeiras	14.209	–	33.706	–
Total	14.209	–	35.338	–

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelos saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um baixo risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros a custos amortizado e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro. As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos, são remuneradas a taxas que variam de 99% a 101% em 31 de dezembro de 2022. São prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança significativa de valor, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

7. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
CCEE (i)	42	–
Não faturados (ii)	14.300	–
Total	14.342	–

(i) O saldo de "CCEE" refere-se a venda de energia realizada para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); (ii) O saldo de "Não faturados" é composto por provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazos de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de venda e o consumo de energia, ocorreu até o último dia de cada data base e foi faturado e recebido no mês subsequente. O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência. Eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados, em sua grande maioria, por contratos de garantias financeiras na formalização de contratos bilaterais. Dessa forma, não há provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, o saldo contempla somente os valores a receber pela venda de energia elétrica, não considerando quaisquer acréscimos financeiros ou juros quando aplicável. **a. A composição das contas a receber por vencimento**

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
A vencer em até 30 dias	14.342	–
Total	14.342	–

8. Investimentos – a) Composição

	2022		31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Genco Energia Ltda	100%	96.624	96.624	–	–	–
Greenlands Participações Ltda.	50,01%	95	95	–	–	–
Total	96.719	96.719	96.719	–	–	–

b) Movimentação

	Aquisição		Resultado de		31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021		
Genco Energia Ltda	–	392.250.000	71.232	96.624	96.624	–
Greenlands Participações Ltda.	–	–	100	(5)	95	–
Total	–	392.250.000	71.226	96.719	96.719	–

c) Informações financeiras resumidas das investidas (participação direta)

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Genco Energia Ltda	286.099	189.475	–	–	26.263	70.361	–	–
Greenlands Participações Ltda.	90	–	–	–	101	(11)	–	–
Total	286.189	189.475	–	–	26.364	70.350	–	–

9. Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão compra por competência (i)	13.690	–
Fornecedores outros (ii)	538	–
Total	14.228	–

(i) O saldo de "provisão por competência" é composto por compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazos de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujos contratos de compra e o consumo de energia ocorreram no último dia de cada data base e serão faturados e liquidados pelos fornecedores de energia no mês subsequente. (ii) Refere-se a gastos com fornecedores diversos. **10. Patrimônio líquido – a) Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 50.000, dividido em 50.000.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 500 reais em 31 de dezembro de 2021). Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de maio de 2022, foi homologado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 50.000, sendo que até a data base 31 de dezembro de 2022, foi integralizado o montante de R\$ 40.000 restando R\$ 10.000 a integralizar.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade ações	Valor	% capital	Valor
Alan Zelazo	16.875.169	16.875	34%	16.875
Eduardo das Sasso	16.875.169	16.875	34%	16.875
Carlos Baccan Netto	10.000.100	10.000	20%	10.000
Henrique Coelho Casotti	6.250.062	6.250	13%	6.250
Total	50.000.500	50.000	100%	50.000

b) Dividendos e Reserva de lucros a realizar: A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. O lucro contábil de 2022 está atribuído principalmente pelo resultado não realizado de contratos futuros de energia, dessa forma, a administração optou por destinar o excedente de lucros para a reserva de lucros não realizados. Ainda, em 2022 a Companhia antecipou o valor de R\$480 de dividendos, que serão liquidados em 2023. **c) Reserva legal:** O Estatuto social prevê a constituição de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art.193 da lei nº 6404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 foi constituída a reserva legal no montante de R\$ 3.549. **11. Receita operacional líquida –** Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas líquidas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Venda de energia	55.871	–
Receita com venda não faturada	16.555	–
Receita com trading energético	613	–
(-) PIS	(1.241)	–
(-) COFINS	(5.715)	–
(-) ICMS	(56)	–
Receita operacional líquida	66.027	–

12. Custos de energia elétrica

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Compra de energia para revenda	(51.314)	–
Provisão para compra de energia	(14.470)	–
Custo de operação	(178)	–
Custo de energia elétrica	(65.961)	–

13. Instrumentos financeiros – valor justo dos contratos de energia – Como descrito na Nota Explicativa nº 4.b, a Companhia opera no Mercado Livre de Energia, e firmou contratos de compra e venda com as contrapartes, que devem ser reconhecidos pelo valor justo. O valor justo dos contratos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos e/ou especializados, na medida em que tais dados observáveis de mercado e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação de preços, margem de risco de fornecimento e preço de mercado projetado no período de disponibilidade. A carteira de contratos suscetíveis a esta avaliação é composta por 423 contratos em 31 de dezembro de 2022, os quais possuem variação de prazo de suprimento com média de 6,9 meses, com volume médio de venda de 3,4 MWh. Estas transações resultam em ganho e perda com o excedente de energia para a Companhia, que é reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante líquido de R\$ 113.859 em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecida na rubrica "Resultado com MTM de contratos futuros".

Instrumentos financeiros (contratos futuros)

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ganho temporário – Ativo circulante	112.413	–
Ganho temporário – Ativo não Circulante	137.601	–
Total	250.014	–
Perda temporária – Passivo circulante	(93.429)	–
Perda temporária – Passivo não circulante	(42.727)	–
Total	(136.155)	–
Resultado do valor justo de contratos de energia	113.859	–

	Até				Total
	01 ano	02 anos	03 anos	de 03 anos	
Valor justo contratos de energia	18.947	10.994	6.314	77.604	113.859

13. Instrumentos financeiros – gerenciamento de riscos: A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades e a reduzir

a exposição a riscos de crédito, de moeda e de taxa de câmbio e juros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade especulativa. **Gerenciamento de riscos:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou investimentos financeiros. Um dos principais riscos do setor é o descumprimento de contratos. Isso ocorre quando uma das partes não honra algum dos compromissos assumidos em contratos de energia (registro, validação na CCEE ou pagamento bilateral), provocando exposição financeira da contraparte. A depender da magnitude da falta, essa pode gerar três efeitos nocivos para a contraparte afetada: • Exposição adicional ao risco de mercado, dada a substituição do contrato não ampliado por exposição (sobra ou déficit) no mercado a preços de curto prazo, que podem ser desfavoráveis a ela; • Crise de confiança, limitando a liquidez particular e aumentando o prêmio de risco para fechamento de posições, especialmente em empresas de pequeno porte; • Queda de liquidez de mercado em função de necessidade de ajustes de expectativas e aumento da aversão ao risco dos agentes, impactando no tempo de fechamento de posições. Para mitigar esses riscos a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, histórico de pontualidade de pagamentos e situação junto aos fiscos municipal, estadual e federal, bem como a eventual exigibilidade de garantias de suas contrapartes nas modalidades de cartas de fiança, seguro garantia e caução. Adicionalmente, a Companhia avalia a reputação da contraparte e conhecimento técnico de seus sócios. Além disso atua com a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto e de concentração de risco de crédito com as contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco. **Risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Até 01 ano Até 02 anos Até 03 anos Acima de 03 anos

	Fornecedores																																																																																																																																																	
	14.228	–	–	–																																																																																																																																														
Risco de mercado: O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Normalmente o risco é gerado por uma posição de energia em aberto (sobras ou déficits) ainda não convertida em contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mercado que, em casos desfavoráveis para a empresa detentora da posição, fazem reduzir seu o valor da carteira de energia. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da Companhia. A Companhia utiliza diversos mecanismos de avaliação de risco, tais como: departamento de risco com reporte diário aos administrados, metodologia de risco utilizando VaR "Value at Risk", análise stress e sensibilidade, limites de riscos estabelecidos pela Administração, atualização diária de preços e de volatilidade, reuniões semanais de alocação de risco e atualizações diárias das variáveis em risco. Exposição energética em Mwh: <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Compra</th> <th>Venda</th> <th>Exposição (Short)/Long</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>De janeiro/2023 a dezembro/2023</td> <td>1.761 (1.928)</td> <td>–</td> <td>(167)</td> </tr> <tr> <td>De janeiro/2024 a dezembro/2026</td> <td>1.371 (1.550)</td> <td>–</td> <td>(179)</td> </tr> <tr> <td>De janeiro/2027 a janeiro/2035</td> <td>88 (2.076)</td> <td>–</td> <td>(1.988)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>3.219 (5.553)</td> <td>–</td> <td>(2.334)</td> </tr> </tbody> </table> <p>14. Despesas gerais e administrativas</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesa com pessoal</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>(1.084)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Honorários advocatícios</td> <td>(651)</td> <td>–</td> <td>(954)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Serviços pessoa jurídica (i)</td> <td>(470)</td> <td>–</td> <td>(3.510)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Despesas gerais e administrativas (ii) (209)</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>(1.133)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(1.330)</td> <td>–</td> <td>(6.680)</td> <td>–</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) O saldo de serviços pessoa jurídica refere-se a serviços de consultoria no valor de R\$ 2.307, serviços de informática no valor de R\$ 341, serviços de auditoria no valor de R\$ 175, serviços de assessoria no valor de R\$ 142, serviços de engenharia no valor de R\$ 95, honorários contábeis no valor de R\$ 45, demais despesas com pessoa jurídica de R\$ 405. (ii) O saldo de despesas gerais e administrativas refere-se a despesa com alugueis e condomínio no valor de R\$ 223, aquisição de empresas R\$ 157, viagens e estadias R\$ 189, manutenção em imóvel de terceiro no valor de R\$97, serviços administrativos no valor de R\$ 95 e outras despesas no valor de R\$ 369.</p> <p>15. Receitas e despesas financeiras</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>31/12/2022</td> <td>31/12/2021</td> <td>31/12/2022</td> <td>31/12/2021</td> </tr> <tr> <td>Rendimentos de aplicações financeiras</td> <td>1.183</td> <td>–</td> <td>2.813</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>(-) pis e cofins s/ receita financeira</td> <td>(55)</td> <td>–</td> <td>(136)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.128</td> <td>–</td> <td>2.677</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas bancárias</td> <td>(37)</td> <td>–</td> <td>(37)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas financeiras</td> <td>(1)</td> <td>–</td> <td>(1)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(37)</td> <td>–</td> <td>(37)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Resultado financeiro líquido</td> <td>1.091</td> <td>–</td> <td>2.640</td> <td>–</td> </tr> </tbody> </table> <p>16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. a) Reconciliação da despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Valor justo dos contratos de energia</td> <td>113.859</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Provisão de receita</td> <td>14.300</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Provisão de compras</td> <td>(13.690)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>(51)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos</td> <td>114.418</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>IRPJ</td> <td>(28.605)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>CSLL</td> <td>(10.298)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Total IRPJ e CSLL diferidos</td> <td>(38.903)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo fiscal diferido (Passivo diferido)</td> <td>(38.903)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Passivo diferido CP</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Passivo diferido LP</td> <td>38.903</td> <td>–</td> </tr> </tbody> </table> <p>17. Provisão de contingência – A Companhia e sua controlada no curso normal de suas atividades estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e previdenciária e cível. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui processos com prognóstico de perdas possíveis ou prováveis na avaliação dos assessores jurídicos. 18. Partes relacionadas – A Companhia não possui operações de qualquer natureza entre as empresas do grupo em 31 de dezembro de 2022. Remuneração da Administração: A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 320. 19. Evento subsequente – a) A Genco Energia fechou o seguro fiança em janeiro de 2023 com a JNS seguradora para suportar os riscos financeiros atrelado a venda de energia, o seguro tem a importância segura no montante de R\$ 492. b) Em 01 de fevereiro de 2023, a companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares do exercício de 2022 aos acionistas, conforme detalhado na Ata da assembleia geral extraordinária ("AGE").</p> <p style="text-align: center;">Henrique Coelho Casotti – Diretor CPF: 014.452.106-73 Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz – Diretor CPF: 331.048.908-62 Felipe Gomes dos Santos – Contador CRC-SP nº 1SP 292.650/O-6</p>		Compra	Venda	Exposição (Short)/Long	De janeiro/2023 a dezembro/2023	1.761 (1.928)	–	(167)	De janeiro/2024 a dezembro/2026	1.371 (1.550)	–	(179)	De janeiro/2027 a janeiro/2035	88 (2.076)	–	(1.988)	Total	3.219 (5.553)	–	(2.334)		Controladora		Consolidado		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Despesa com pessoal	–	–	(1.084)	–	Honorários advocatícios	(651)	–	(954)	–	Serviços pessoa jurídica (i)	(470)	–	(3.510)	–	Despesas gerais e administrativas (ii) (209)	–	–	(1.133)	–	Total	(1.330)	–	(6.680)	–		Controladora		Consolidado		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Receitas financeiras	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Rendimentos de aplicações financeiras	1.183	–	2.813	–	(-) pis e cofins s/ receita financeira	(55)	–	(136)	–	Total	1.128	–	2.677	–	Despesas financeiras					Despesas bancárias	(37)	–	(37)	–	Outras despesas financeiras	(1)	–	(1)	–	Total	(37)	–	(37)	–	Resultado financeiro líquido	1.091	–	2.640	–		Consolidado		31/12/2022	31/12/2021	Valor justo dos contratos de energia	113.859	–	Provisão de receita	14.300	–	Provisão de compras	(13.690)	–	Outros	(51)	–	Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	114.418	–	IRPJ	(28.605)	–	CSLL	(10.298)	–	Total IRPJ e CSLL diferidos	(38.903)	–	Prejuízo fiscal diferido (Passivo diferido)	(38.903)	–	Passivo diferido CP	–	–	Passivo diferido LP	38.903	–
	Compra	Venda	Exposição (Short)/Long																																																																																																																																															
De janeiro/2023 a dezembro/2023	1.761 (1.928)	–	(167)																																																																																																																																															
De janeiro/2024 a dezembro/2026	1.371 (1.550)	–	(179)																																																																																																																																															
De janeiro/2027 a janeiro/2035	88 (2.076)	–	(1.988)																																																																																																																																															
Total	3.219 (5.553)	–	(2.334)																																																																																																																																															
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																															
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021																																																																																																																																														
Despesa com pessoal	–	–	(1.084)	–																																																																																																																																														
Honorários advocatícios	(651)	–	(954)	–																																																																																																																																														
Serviços pessoa jurídica (i)	(470)	–	(3.510)	–																																																																																																																																														
Despesas gerais e administrativas (ii) (209)	–	–	(1.133)	–																																																																																																																																														
Total	(1.330)	–	(6.680)	–																																																																																																																																														
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																															
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021																																																																																																																																														
Receitas financeiras	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021																																																																																																																																														
Rendimentos de aplicações financeiras	1.183	–	2.813	–																																																																																																																																														
(-) pis e cofins s/ receita financeira	(55)	–	(136)	–																																																																																																																																														
Total	1.128	–	2.677	–																																																																																																																																														
Despesas financeiras																																																																																																																																																		
Despesas bancárias	(37)	–	(37)	–																																																																																																																																														
Outras despesas financeiras	(1)	–	(1)	–																																																																																																																																														
Total	(37)	–	(37)	–																																																																																																																																														
Resultado financeiro líquido	1.091	–	2.640	–																																																																																																																																														
	Consolidado																																																																																																																																																	
	31/12/2022	31/12/2021																																																																																																																																																
Valor justo dos contratos de energia	113.859	–																																																																																																																																																
Provisão de receita	14.300	–																																																																																																																																																
Provisão de compras	(13.690)	–																																																																																																																																																
Outros	(51)	–																																																																																																																																																
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	114.418	–																																																																																																																																																
IRPJ	(28.605)	–																																																																																																																																																
CSLL	(10.298)	–																																																																																																																																																
Total IRPJ e CSLL diferidos	(38.903)	–																																																																																																																																																
Prejuízo fiscal diferido (Passivo diferido)	(38.903)	–																																																																																																																																																
Passivo diferido CP	–	–																																																																																																																																																
Passivo diferido LP	38.903	–																																																																																																																																																



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ/MF nº 07.644.868/0001-73 – NIRE 35.300.324.803

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de outubro de 2022

Data, Hora e Local: Realizada às 11:00 horas do dia 27 de outubro de 2022, na sede social, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça João Duran Alonso, nº 34, 10º andar, Edifício Ronaldo Sampaio Ferreira, Brooklin Novo, CEP 04.571-070. **Acionistas Presentes:** compareceram acionistas representando a totalidade do capital social, ficando assim dispensada a convocação prévia, de acordo com o parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Marcelle Lemos Ferreira – Presidente; e Patrícia Viviane Pires Tavares – Secretária. **Ordem do dia:** (i) Criação de Cargo de Suplente de Membro do Conselho de Administração e consequente alteração do Artigo 8º do Capítulo III, Seção I do Estatuto Social da Companhia; (ii) Eleição de suplentes de membros do Conselho de Administração. **Deliberações tomadas por unanimidade dos presentes:** Foram aprovadas, sem qualquer ressalva, os seguintes itens da Ordem do Dia: (i) foi aprovada a criação de cargo de suplente de membro do Conselho de Administração e, consequente alteração do Artigo 8º, do Capítulo III, Seção I do Estatuto Social da Companhia, que devidamente alterados, passam a vigorar com as seguintes redações: "Art. 8º O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, todos eleitos pela Assembleia Geral, para um período de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No caso de vacância de membros efetivos do Conselho de Administração, estes serão substituídos, em suas ausências e eventuais impedimentos, pelos respectivos suplentes. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, será convocada nova eleição, nos termos da lei."; (ii) restou aprovada a nomeação da Sra. Frédérique Costa, francesa, casada, advogada, portadora da cédula de identidade de estrangeiro RNE V325941-E e do passaporte nº 21AD67744, emitido em 30/03/2021, e com validade até 29/03/2031, inscrita no CPF sob nº 227.936008-06, residente e domiciliada na Rua Professor Miguel Serrano, nº 72, Del Valle, C.P.03100, Benito Juarez, Distrito Federal – México, eleita como Suplente da Conselheira Sra. Marcelle Lemos Ferreira, Presidente do Conselho de Administração; Sra. Hattieann Eiskka Giraldo Davila, colombiana, casada, administradora, portadora do passaporte nº AS968797, emitido em 04/08/2016 e com validade até 04/08/2026, inscrita no CPF sob nº 718.036.781-87, residente e domiciliada no Km 6, Via la Calera, Bosque Residencial Arboretto, Bogotá, Colômbia, eleita como Suplente do Conselheiro Sr. Salvador Antonio Périco, Membro do Conselho de Administração, e Sra. Carolina Lanzellotti Almeida, brasileira, casada, mercadóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 32.241.913 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob nº 294.832.588/98, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo/SP, na Rua José Galdino da Silva, nº 243, Interlagos, CEP 04792-000, eleita como Suplente do Conselheiro Sr. André Machado Caldeira, membro do Conselho de Administração. Os mandatos das Suplentes, ora eleitas, vigorarão até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2023. As Suplentes, ora nomeadas, tomam posse neste ato, conforme "Termos de Posse" anexos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral Extraordinária, lavrando-se a presente ata no livro próprio, assinada pela Presidente, por mim, Secretária, pelos acionistas presentes e pelos integrantes da mesa que consolidam o Estatuto Social, o qual passa a fazer parte integrante da presente Ata como "Anexo I. São Paulo, 27 de outubro de 2022. São Paulo, 27 de outubro de 2022. **Marcelle Lemos Ferreira** – Presidente; **Patrícia Viviane Pires Tavares** – Secretária. **Cofinpar S.A.,** Acionista Pp. Marcelle Lemos Ferreira; **Compagnie Française D'Assurance Pour Le Commerce Exterior,** Acionista Pp. Marcelle Lemos Ferreira. **Anexo I. Consolidação do Estatuto Social referente à Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 27 de outubro de 2022 da Sociedade Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração.** **Art. 1º. Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.,** a seguir denominada Companhia, é uma sociedade anônima, de capital fechado, que se regerá pelo presente estatuto e dispositivos legais aplicáveis. **Art. 2º.** A sociedade tem sede e foro na cidade de São Paulo, Praça João Duran Alonso, nº 34, 10º andar, Edifício Ronaldo Sampaio Ferreira, Brooklin Novo, CEP 04571-070, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, criar, manter, encerrar e suprimir sucursais, filiais e escritórios em qualquer cidade do País, satisfaitas as formalidades legais. **Art. 3º.** A sociedade tem por objeto: (i) a operação de seguros na modalidade de seguro de crédito interno, garantindo referidas operações; (ii) a operação de seguros de ramos de danos, exclusivamente na modalidade de seguro de crédito à exportação, podendo manter intercâmbio, convênios e acordos com entidades públicas e privadas do País e do exterior e com estas estabelecer modalidades de coberturas recíprocas de acordo com a legislação aplicável; (iii) todos os serviços acessórios ao seguro e que tenham como finalidade ou natureza facilitar ou possibilitar o desenvolvimento das operações de seguro; e (iv) realizar todas as operações civis e comerciais que tenham relação direta e indireta com o objeto social da Companhia. **Art. 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social.** **Art. 5º.** O capital social é de R\$ 48.958.387,96 (quarenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, trezentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado dividido em 20.537.185 (vinte milhões, quinhentos e trinta e sete mil, cento e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Art. 6º.** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Capítulo III – Da Administração.** **Art. 7º.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, cujos membros são pessoas naturais e por uma Diretoria composta por pessoas naturais, residentes no País, dotadas de requisitos legais. **Parágrafo 1º.** Os eleitos para os órgãos de administração terão mandato conforme previsto nos artigos 8º e 13º abaixo. **Parágrafo 2º.** O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos membros. **Parágrafo 3º.** O substituído eleito para preencher cargo vago completará o prazo de gestão do substituído. **Parágrafo 4º.** A remuneração global dos administradores será estabelecida pela Assembleia Geral, sendo certo que tal remuneração reverterá a forma de gratificação anual. **Parágrafo 5º.** Além da remuneração de que trata o parágrafo antecedente, os administradores poderão participar dos lucros, caso a Assembleia Geral assim venha a deliberar, observadas as disposições legais sobre a matéria. **Parágrafo 6º.** Os administradores serão investidos em seus cargos na forma da lei, estando dispensados de prestar caução em garantia de seus mandatos. **Seção I – Do Conselho de Administração.** **Art. 8º.** O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, todos eleitos pela Assembleia Geral, para um período de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No caso de vacância de membros efetivos do Conselho de Administração, estes serão substituídos, em suas ausências e eventuais impedimentos, pelos respectivos suplentes. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, será convocada nova eleição, nos termos da lei. **Art. 9º.** Compete ao Conselho de Administração, além de outras matérias prescritas em lei e neste estatuto: I. eleger seu Presidente e respectivo substituído; II. convocar a Assembleia Geral, por seu Presidente; III. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, inclusive a política financeira, bem como suas diretrizes e objetivos básicos; IV. aprovar a política de resseguros da Companhia; V. aprovar o orçamento anual e plurianual da Companhia; VI. fixar a orientação geral dos negócios e da atuação da Companhia; VII. eleger, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir os Diretores, bem como fixar-lhes as atribuições, respeitadas as conferidas por lei e por este estatuto; VIII. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos; IX. escolher e destituir representantes da Companhia e auditores independentes; X. examinar e decidir sobre novas atividades e/ou expansão dos setores existentes, com base nos planejamentos a médio e longo prazos; XI. examinar e decidir sobre mudanças na estrutura organizacional da Companhia e aprovar proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral para a criação ou extinção de cargos e funções da Diretoria; XII. aprovar o Plano de Cargos e Salários da Companhia; XIII. aprovar os projetos de alteração do Estatuto Social, a serem encaminhados à deliberação da Assembleia Geral; XIV. estabelecer, periodicamente, limites para a contratação de empréstimos, financiamentos, despesas extra-orçamentárias ou quaisquer outras operações que, direta ou indiretamente, venham a onerar a Companhia, bem como para a aquisição e alienação de bens e direitos; XV. autorizar a Companhia a adquirir suas próprias ações; XVI. distribuir, nos limites fixados pela Assembleia Geral, a remuneração e as gratificações anuais dos administradores, quando globalmente votadas; XVII. manifestar-se sobre o relatório de Administração e as contas da Diretoria; XVIII. deliberar sobre quaisquer negócios entre a Companhia e seus acionistas, bem como entre a Companhia e empresas controladoras, controladas e coligadas dos acionistas, submetidos à mesma controladora desta; XIX. autorizar a alienação de bens do ativo permanente ou contingente; XX. convocar a Assembleia Geral e a ela submeter o Relatório de Administração e as contas da Sociedade, bem como proposta para alteração do estatuto social e da distribuição de lucros; XXI. manifestar-se previamente sobre o Relatório de Administração, as contas da Diretoria, atos e contratos cuja competência exceda a de outros órgãos da Companhia; e XXII. propor alterações e/ou ampliações na forma e a disciplina das operações do Seguro de Crédito Interno e do Seguro de Crédito à Exportação, bem como toda e qualquer providência recomendada para a ampliação, ou fortalecimento e o aprimoramento das operações realizadas pela Companhia; XXIII. zelar pela adequação e pela efetividade da Estrutura de Gestão de Riscos e do Sistema de Controle Interno, promovendo: a) a disseminação das culturas de risco e de controle; e b) o alinhamento das operações da supervisionada à política de conformidade, ao apetite por risco e à política de gestão de riscos; XXIV. possuir um entendimento geral do perfil de risco da supervisionada e compreender, para os principais riscos a que ela esteja exposta: a) sua natureza e potenciais impactos sobre o negócio; b) o atual nível de exposição; e c) as ações adotadas para sua gestão; XXV. prover as diversas unidades organizacionais com a estrutura organizacional e os recursos materiais e humanos necessários à adequada gestão dos riscos e operacionalização dos controles associados a suas respectivas atividades, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; e XXVI. garantir que os mecanismos de avaliação de desempenho e a estrutura remuneratória adotados pela supervisionada não incentivem comportamentos capazes de comprometer a efetividade do Sistema de Controle Interno e da Estrutura de Gestão de Riscos. **Parágrafo Primeiro.** Para auxiliá-los no desempenho das atribuições definidas neste artigo, os órgãos de administração poderão, a seu critério, constituir comitês ou comissões executivas, bem como utilizar-se de avaliações internas ou externas. **Art. 10.** Compete ao Presidente do Conselho de Administração: I. instalar e presidir a Assembleia Geral; II. convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, mandando lavrar as respectivas atas no livro próprio; e III. nomear, tanto nas Assembleias Gerais quanto nas Reuniões do Conselho, um Secretário

para auxiliá-lo, que poderá ser Conselheiro ou Diretor da Companhia, ou ainda um advogado presente no ato. **Art. 11.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente. **Art. 12.** As decisões serão tomadas por maioria de votos dos presentes. **Seção II – Da Diretoria.** **Art. 13.** A Diretoria será formada por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, residentes no País, entre seus membros, um Diretor Presidente, um Diretor de Controles Internos e os demais sem designação específica, segundo o disposto neste Estatuto e nos normativos da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** Compete exclusivamente ao Diretor responsável pelos Controles Internos: I. orientar e supervisionar: a) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo sua integração, independentemente da maneira como ambos estejam implementados na estrutura organizacional, complementando-os de forma que os controles internos tenham especial foco nos riscos capazes de influenciar na consecução dos objetivos estratégicos da supervisionada, incluindo os riscos de subscrição, de crédito, de mercado e operacional; riscos de liquidez; e demais riscos específicos e relevantes. b) as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; II. prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial os recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; e III. informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: a) riscos novos ou emergentes; b) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; c) ações relativas à gestão de riscos; e d) deficiências relativas à Estrutura de Gestão de Riscos e ao Sistema de Controles Internos e seu respectivo saneamento. IV. avaliar periodicamente a efetividade da Estrutura de Gestão de Riscos, em especial quanto a: a) a observância do apetite por risco e da política de gestão de riscos; b) o desempenho da unidade de gestão de riscos; e c) a efetividade de ações adotadas para o saneamento de deficiências; V. avaliar, sob o enfoque de riscos, o plano de negócio da supervisionada, e auxiliar na definição do correspondente apetite por risco; VI. auxiliar nos processos de tomada de decisões estratégicas relacionadas à gestão de riscos; e VII. revisar a política de gestão de riscos, formulando e avaliando propostas de alterações. **Parágrafo Segundo.** O Diretor responsável pelo Controle Interno responderá diretamente ao Conselho de Administração da Companhia a respeito de suas atividades e competências. **Art. 14.** Compete à Diretoria: a) representar, conjuntamente por 2 Diretores ou por um Diretor e um Procurador, ativa ou passivamente a Companhia, inclusive perante terceiros, podendo delegar atribuições e conferir mandatos com poderes específicos e prazo determinado de duração, exceto aqueles com poderes da cláusula "ad iudicia"; b) cumprir e fazer cumprir internamente os comandos da Lei, as decisões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como as disposições deste estatuto; c) gerir os negócios da Companhia, administrando o seu patrimônio e praticando todos os atos necessários ao seu funcionamento; d) elaborar e propor ao Conselho de Administração: • o quadro de pessoal, com respectivos órgãos auxiliares da administração, e remuneração; • o Relatório Anual de Atividades, o Balanço Geral do Exercício, a Demonstração de Resultados Financeiros e a proposta de aplicação de recursos e distribuição de lucros; • projetos gerais e setoriais para desenvolvimento das atividades sociais e das modificações nas condições do Seguro de Crédito Interno e do Seguro de Crédito à Exportação, quando cabíveis, bem como o Relatório Anual das operações; e) decidir, observados os níveis de alçada, sobre: • contratos de qualquer natureza com terceiros; • concessão de coberturas, pagamento de adiantamentos e indenizações do Seguro de Crédito Interno e do Seguro de Crédito à Exportação; • operações de crédito, aplicações do capital e das reservas, alienação de títulos e valores mobiliários; • despesas gerais, aquisições e alienações de bens; f) autorizar: • nomeações e destituições de titulares dos órgãos auxiliares da Administração; • contratações de funcionários para o quadro permanente de pessoal; • contratações de pessoas físicas, sem vínculo empregatício, e pessoas jurídicas para o desempenho de funções técnicas especializadas ou dos serviços de apoio, em caráter permanente ou eventual. g) orientar, supervisionar e garantir a elaboração, implementação e operacionalização dos processos e procedimentos relativos aos controles internos e gestão de riscos associados às atividades sob sua responsabilidade; h) verificar sistematicamente a adoção e o cumprimento dos processos e procedimentos das competências exclusivas do Diretor de Controles Internos, como também a manutenção de sua adequação, definindo e implementando planos de ação destinados ao saneamento de deficiências da Estrutura de Gestão de Riscos e do Sistema de Controles Internos; e i) aprovar os limites de exposição para as atividades de negócio que impliquem em assunção de riscos relevantes, como a política de gestão de riscos e suas políticas complementares que deverão conter as diretrizes para definição, em normativos internos específicos, de procedimentos operacionais e, para as atividades de negócio que impliquem em assunção de riscos relevantes, limites de exposição alinhados com o disposto no apetite por riscos. **Art. 15.** A Diretoria poderá estabelecer critérios e alçadas para que um dos seus membros decida sobre o assunto de sua área de atuação. **Art. 16.** Nos casos de ausência ou impedimento de dirigentes, caberá ao Diretor Presidente designar, dentre os membros da Diretoria, o substituído. **Art. 17.** Compete ao Diretor Presidente, que exercerá também as funções de Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Contabilidade, além das funções genéricas da Diretoria: I. convocar as reuniões da Diretoria, dirigir e orientar os respectivos trabalhos, os quais serão reduzidos a termo lavrado em livro próprio; II. coordenar a execução da política estabelecida pelo Conselho de Administração; III. coordenar as áreas de execução da Companhia e estabelecer a orientação geral das atividades da Diretoria; IV. coordenar as atividades da Companhia e estabelecer limites de competência funcional quando não previstos neste Estatuto; V. dar apoio logístico e administrativo ao Conselho de Administração e à Diretoria; VI. supervisionar, na função de Diretor Administrativo-Financeiro, as atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução dos respectivos objetivos sociais; VII. supervisionar e fazer cumprir, na função de Diretor de Contabilidade, as boas práticas contábeis consoante disposto na Resolução CNSP nº 118/2004 e suas respectivas alterações. **Art. 18.** Cabe aos Diretores sem designação específica, além das funções genéricas da Diretoria, o desempenho das seguintes funções: a) ao Diretor que exercer as funções Responsável pelas relações com a SUSEP e Diretor Técnico da Seguradora: I. supervisionar as atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; e II. responder pelo relacionamento com a SUSEP, prestando isoladamente ou em conjunto com outros Diretores, as informações requeridas pela r. Autarquia. b) ao Diretor que exercer as funções de responsável pelos Controles Internos da Sociedade e responsável pelo cumprimento da Lei 9.613/1998 e suas respectivas alterações: I. zelar pela observância e cumprimento da Lei 9.613, de 3 de março de 1998 e suas respectivas alterações, assim como pela respectiva regulamentação complementar; II. implantar controles internos das atividades da Sociedade, de seus sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como avaliar continuamente os diversos tipos de riscos associados às atividades da sociedade ou entidade, acompanhar e implementar a política de conformidade de procedimentos, com base na legislação aplicável, revendo-a semestralmente, implantar política de prevenção contra fraudes e implantar política de subscrição de riscos. **Capítulo IV – Do Conselho Fiscal.** **Art. 19.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, cujo funcionamento não será permanente, composto de 3 (três) membros e suplentes em igual número, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Art. 20.** Os membros do Conselho Fiscal terão competência fixada pela lei e a sua remuneração será estabelecida pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger. **Capítulo V – Da Assembleia Geral.** **Art. 21.** Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até 31 de março de cada ano e, extraordinariamente, quando convocada na forma da lei ou deste estatuto, sendo presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, seu procurador ou um substituído eleito na própria Assembleia, e secretariada conforme previsto no Art. 10 do Estatuto Social. **Art. 22.** Ficarão suspensas as transferências de ações nos 8 (oito) dias que antecederem à realização da Assembleia Geral. **Art. 23.** São necessários votos favoráveis de 2/3 (dois terços) da totalidade das ações, com direito a voto, para as seguintes deliberações: I – alteração do dividendo obrigatório e qualquer outra modificação no Estatuto da Companhia; II – aumento do capital social da Companhia, por subscrição de ação; III – dissolução e liquidação da Companhia ou cessação do estado de liquidação. **Capítulo VI – Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Lucros e Dividendos.** **Art. 24.** O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano, devendo a Diretoria levantar demonstrações financeiras semestrais, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Único.** O Conselho de Administração poderá, obedecidos os limites legais, declarar dividendos à conta do lucro apurado nos balanços semestrais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Art. 25.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e provisão para o imposto sobre a renda. **Parágrafo único.** Do lucro líquido do exercício serão aplicados: I. 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da reserva legal, com o objetivo de garantir a integridade do capital social, que não excederá a 20% (vinte por cento) deste; II. parcela a ser distribuída como dividendos aos acionistas, conforme decidir a Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração, observadas as disposições legais e estatutárias; III. o restante, se houver, será levado à reserva suplementar para futuro aumento de Capital ou para compensar prejuízos de competência de exercícios anteriores que será limitado ao valor do capital social. **Art. 26.** Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, fica assegurado aos acionistas um dividendo obrigatório mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, ajustado na forma legal. **Art. 27.** A participação dos administradores no lucro, dentro dos limites legais, somente poderá ser paga depois de distribuído o dividendo de que trata o artigo antecedente. **Art. 28.** O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado. **Capítulo VII – Da Liquidação.** **Art. 29.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 111.004/23-8 em 16/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Althia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/ME nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2023

Data, Hora e Local: Em 27 de março de 2023, às 17 horas, na sede da Althia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia"), localizada na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Avenida Tégula, nº 888, Edifício Topázio, Módulo 15, Condomínio Centro Empresarial Atibaia, Bairro Ponte Alta, CEP 12952-820. **Convocação e Presença:** As formalidades de convocação foram dispensadas em face do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Cláudio Roberto Ely; Secretária: Priscila Maiocchi da Cruz. **Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social e fiscal, findo em 31 de dezembro de 2022. **Deliberações:** Instalada a reunião, após a análise e debates das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, em cumprimento ao inciso (v) do artigo 142 da Lei 6.404/76 e, diante do Relatório da KPMG Auditores Independentes, decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, recomendar à Assembleia Geral Ordinária, a aprovação do: (i) Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração dos Valores Adicionados e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, todos referentes e relativos ao exercício social e fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2022, os quais deverão ser publicados, no jornal Data Mercantil. **Documentos Arquivados na Companhia:** Rubricados pela Mesa, ficam arquivados na sede da Companhia os documentos que respaldaram as deliberações tomadas pelos Conselheiros ou que estejam relacionados às informações prestadas durante a reunião. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Cláudio Roberto Ely; e Secretária: Priscila Maiocchi da Cruz. **Conselheiros Presentes:** Cláudio Roberto Ely, Jairo Aparecido Yamamoto, Aline Aparecida Yamamoto Zampieri, Herbert Cesar Gonçalves e Gregor Rodrigues Martins Einsiedler. **Certidão:** Certifico que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Atibaia, 27 de março de 2023. **Cláudio Roberto Ely** – Presidente da Mesa; **Priscila Maiocchi da Cruz** – Secretária da Mesa.

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 24 de abril de 2022

Pet Center Comércio e Participações ("Companhia"), vem, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 80/2022") convocar os Senhores Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia **24 de abril de 2023, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital**, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; (ii) apreciar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) deliberar sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive a retenção de lucros com base em orçamento de capital; e (iv) aprovar o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) realizar a ratificação da eleição da Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley como membro do Conselho de Administração; (ii) aprovar a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação Pró-Contaty Contabilidade S/S Ltda. para elaboração do laudo de avaliação, com base no critério contábil, do patrimônio líquido da Cansei de Ser Gato Serviços de Produção de Conteúdo Ltda. ("CDSG"), na data base de 28 de fevereiro de 2023, para fins de sua incorporação pela Companhia ("Laudo de Avaliação"); (iii) aprovar o Laudo de Avaliação; (iv) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da CDSG pela Companhia ("Protocolo e Justificação"); (v) aprovar a incorporação da CDSG pela Companhia, com a consequente extinção da CDSG ("Incorporação"); (vi) aprovar a alteração do artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia para refletir os novos valores do capital social e da quantidade de ações em que se divide, e, como consequência a sua consolidação; (vii) aprovar a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar à distância na referida Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação à distância pelos acionistas e instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto à distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada, em 24 de março de 2023, pela Companhia. **Instruções Gerais: Quórum de Instalação:** A matéria constante do item (vii) da ordem do dia em sede de Assembleia Geral Extraordinária, sobre a proposta de alteração do estatuto social, dependerá da presença, em primeira convocação, de acionistas representando, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto da Companhia, nos termos do artigo 135, caput, da Lei das S.A. As demais matérias constantes da ordem do dia poderão ser deliberadas, em primeira convocação, se presentes acionistas representando, no mínimo, um quarto do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 125, caput, da Lei das S.A. Esclarecemos que, caso qualquer dos quóruns de instalação acima não sejam atingidos em primeira convocação, sem prejuízo da possibilidade de deliberar, em primeira convocação, sobre os itens da ordem do dia cujo quórum de instalação seja atingido, ocorrerá nova convocação, por meio de edital a ser publicado em, no mínimo, 8 dias de antecedência, nos termos do artigo 124, § 1º, II, da Lei das S.A. Em segunda convocação, a Assembleia instalar-se-á com a presença de qualquer número de acionistas. **Quórum de Deliberação:** Nos termos do artigo 129 da Lei das S.A., as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Acesso ao Sistema Eletrônico de Participação e Votação à Distância:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico de participação a distância ("Plataforma Digital"). Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=8A3064A2F78F>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 22 de abril de 2023, inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ⁽¹⁾	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ⁽²⁾	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso ⁽³⁾	X ⁽³⁾	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

⁽¹⁾ Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida; ⁽²⁾ Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto. ⁽³⁾ No caso de representação por procurador. No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar o Cadastro com seus dados no endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=8A3064A2F78F>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, sem limitação, o login e a senha individual de acesso, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). Caso o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@petz.com.br, com até 1 hora de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima. Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone +55 (11) 3434-7181 ou pelo e-mail ri@petz.com.br. Em cumprimento ao artigo 28, § 1º, II, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do equipamento do acionista com a Plataforma Digital) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 47, § 1º, da Resolução CVM nº 81/2022. **Boletim de Voto à Distância:** Nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia adotará, também, o sistema de votação à distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto à distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itau Corretora de Valores S.A., de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelos dos boletins de voto à distância disponibilizados pela Companhia e observadas as orientações constantes do atual item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede social, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.petz.com.br/>), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre as matérias a serem deliberadas deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia. São Paulo, SP, 24 de março de 2023. **Claudio Roberto Ely** – Presidente do Conselho de Administração. (01, 04 e 05/04/2023)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS